



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA  
GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS

**EDIVONETE ALVIS NUNIS**

**DESEQUILÍBRIOS NAS FINANÇAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: AVALIAÇÃO DO  
PERÍODO DA PANDEMIA**

BRASÍLIA  
2023

EDIVONETE ALVIS NUNIS

**DESEQUILÍBRIOS NAS FINANÇAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: AVALIAÇÃO DO  
PERÍODO DA PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira

BRASÍLIA - DF

2023

NUNIS, EDIVONETE ALVIS

Desequilíbrios nas finanças dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília: Avaliação do período da pandemia.

Orientador: Jorge Madeira Nogueira

70 páginas.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

Brasília – DF, março de 2023.

Palavras-chave: Finanças pessoais; pandemia; desequilíbrio; endividamento; Universidade de Brasília.

**EDIVONETE ALVIS NUNIS**

**DESEQUILÍBRIOS NAS FINANÇAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-  
ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: AVALIAÇÃO DO  
PERÍODO DA PANDEMIA**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

---

Jorge Madeira Nogueira (Orientador)  
PPG/ECO-UnB

---

George Sand Leão Araújo de França (Examinador Externo)  
PPG/SIS-UnB

---

Elke Urbanavicius Costanti (Examinadora Externa)  
IEB/Brasília

BRASÍLIA - DF

2023

## **Dedicatória**

Ao Pai Celestial a quem sou eternamente grata a cada instante.

## Agradecimentos

Agradeço a Deus pela Vida, Fé, Saúde, Força e Sabedoria por transformar minha realidade por meio do conhecimento a cada dia.

Agradeço a minha família, especialmente aos meus pais Dionete (*in memoriam*) Natividade e aos meus irmãos Edmar, Edina, Edirson, Edivon (*in memoriam*), Elton e Eliede; minhas cunhadas; cunhados; sobrinhos e sobrinhas. Minha base inicial!

Agradeço, também, minha segunda família: os Saad Martins: Miguel (*in memoriam*) e Leninha (*in memoriam*); meus padrinhos e pais de coração; Cynthia, Júnior e Janaína pela adoção como irmã mais nova. Inspiradores e incentivadores nos meus estudos!

Agradeço aos amigos e colegas da Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira, especialmente aos queridos chefes Kennia e Peterson pelo incentivo, apoio e compreensão.

Agradeço aos colegas e amigos da UnB: Alan, Cleriane, João Lucas, Júnio, Josi, Chris, Luciana, Sandro, Bruna, Andrea, Onofre, Sand, Willian.

Agradeço aos amigos Felipe, Chris, Fatinha, Fátima, David, José (*in memoriam*), Jo, Maira, Maysa, Maria Luiza, Ana Márcia, Márcio, Rebeca, Grasi, Laura, Maristela, Leila, Thelma... que tanto contribuíram de forma direta e ou indireta.

Agradeço aos professores e colegas da turma.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Jorge Madeira Nogueira pela receptividade, paciência, direcionamento e ensinamentos nas orientações desta dissertação.

Muitíssimo obrigada e gratidão a todos.

*“Investir em conhecimento rende  
sempre os melhores juros”*

Benjamin Franklin

## RESUMO

O presente trabalho avalia as finanças dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília (UnB) no período da pandemia e identifica os possíveis desequilíbrios nelas ocorridos. Para executar a proposta, são analisadas as características gerais dos servidores endividados e as causas dos endividamentos. Com isso, é possível ter uma visão mais ampla do endividamento desses servidores. São, também, abordados conceitos e definições a respeito da economia do endividamento, bem como as variáveis que interferem no endividamento pessoal. O método utilizado para a produção deste trabalho foi o de pesquisa exploratória, baseada em coleta de dados e análise de resultados. Foram comparados os dados financeiros dos servidores dos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021. Diante da avaliação feita, conclui-se que, apesar de vivenciado um período de pandemia, com intensas interferências na vida do cidadão, houve uma leve redução no número de servidores técnico-administrativos endividados. Existem várias possibilidades que podem justificar este decréscimo, as quais foram amplamente descritas no presente trabalho.

**Palavras chave:** Finanças; Pandemia; Desequilíbrio; Endividamento; Universidade de Brasília.

## ABSTRACT

The present paper aims to evaluate the finances of technical-administrative federal workers at the University of Brasília (UnB) during the period of the pandemic, and present the possible imbalances identified. To carry out the proposal, the general characteristics of indebted workers and the causes of their indebtedness were analyzed. This way, it is possible to have a broader view of the indebtedness of these workers. Then, concepts and definitions regarding the economy of indebtedness were used, as well as the variables that interfere in personal indebtedness. The method used to produce this paper was the exploratory field research, based on data collection and analysis of results. The financial data of the servers of 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 and 2021 were compared and, in view of the evaluation made, it is concluded that, despite experiencing a period of pandemic, with intense interference in the life of the citizen, there was slight decrease in the number of indebted technical-administrative servants. Several guarantees that can justify this existence, such as which can be guaranteed in the present work.

**Keywords:** Finance; Pandemic; Imbalance; Indebtedness; University of Brasília.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de servidores Técnico-administrativos da UnB (2013 a 2021).

Gráfico 2 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB divididos por nível de escolaridade (ensino básico, médio e superior).

Gráfico 3 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB divididos por gênero (feminino e masculino).

Gráfico 4 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB divididos por situação do vínculo (ativos e inativos).

Gráfico 5 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados em dezembro de 2020.

Gráfico 6 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados em dezembro de 2021.

Gráfico 7 – Participação absoluta e relativa dos servidores técnico-administrativos da UnB com e sem empréstimos consignados.

Gráfico 8 – Participação absoluta e relativa de servidores técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados em comparação com a quantidade total de servidores.

Gráfico 9 – Quantidade de servidores técnico-administrativos da UnB ao longo dos anos divididos por nível escolaridade (nível básico, médio e superior).

Gráfico 10 - Comparação absoluta entre o endividamento das famílias brasileiras e dos servidores técnico-administrativos da UnB.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Crédito pessoal consignado público.

Tabela 02 – Crédito pessoal não consignado.

Tabela 03 – Modalidades de crédito.

Tabela 4 - Percentuais da evolução do endividamento das famílias nos anos de 2013 a 2021.

Tabela 5 - Evolução de quadro de pessoal da UnB nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021.

## LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CAC - Coordenadoria de Acompanhamento da Carreira

CEF – Caixa Econômica Federal

CET – Custo Efetivo Total

CODE – Coordenadoria de Estudos em Gestão de Pessoas

COVID-19 – Corona Vírus Disease (2019)

DCADE – Diretoria de Capacitação Desenvolvimento e Educação

ESP II – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FUB – Fundação Universidade de Brasília

IEF – Índice de Expectativa das Famílias

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor

IR – Imposto de Renda

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

TAEs - Técnico-administrativos em Educação

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB – Produto Interno Bruto

UnB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>Objetivos .....</b>   | <b>16</b> |
| <b>Objetivo Geral .....</b>  | <b>16</b> |
| <b>Objetivos Específicos .....</b>   | <b>16</b> |
| <b>Justificativa .....</b>   | <b>17</b> |
| <b>1. ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO.....</b>   | <b>19</b> |
| <b>1.1. Conceitos Básicos de Endividamento Pessoal.....</b>                              | <b>19</b> |
| <b>1.2. Oferta de Crédito e as Formas de Crédito .....</b>                               | <b>21</b> |
| <b>1.2.2. O crédito pessoal.....</b>   | <b>24</b> |
| <b>1.2.3. Crédito Consignado.....</b>  | <b>27</b> |
| <b>2. UM DEMANDANTE ESPECÍFICO DE CRÉDITO: SERVIDOR PÚBLICO.....</b>                     | <b>36</b> |
| <b>2.1. Finanças dos servidores públicos .....</b>                                       | <b>36</b> |
| <b>2.2. Visão ampla do endividamento dos servidores públicos.....</b>                    | <b>37</b> |
| <b>2.3. Causas do Endividamento .....</b>  | <b>38</b> |
| <b>3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS .....</b>  | <b>41</b> |
| <b>3.2. Tipo da pesquisa.....</b>  | <b>42</b> |
| <b>4. O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA UnB.....</b> | <b>44</b> |
| <b>4.1. A População do Estudo.....</b>   | <b>44</b> |
| <b>4.2. Mapa do endividamento do servidor da UnB .....</b>                               | <b>51</b> |
| <b>4.3 Resumo dos principais resultados .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>4.4 Pior ou Melhor: o endividamento ao longo do tempo .....</b>                       | <b>56</b> |
| <b>CONCLUSÃO/RESULTADO.....</b>  | <b>57</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>59</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>  | <b>63</b> |
| <b>Anexo 1 .....</b>   | <b>63</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Características Gerais da Organização .....</b>   | <b>63</b> |
| <b>Anexo 2.....</b>  | <b>65</b> |
| <b>Tabela A1: Crédito pessoal consignado público .....</b>   | <b>65</b> |
| <b>Anexo 3.....</b>  | <b>66</b> |
| <b>Tabela A2: Crédito pessoal não consignado .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>Anexo 4.....</b>  | <b>69</b> |
| <b>Tabela A3: Percentuais da evolução do endividamento das famílias nos anos de 2013 a 2021 .....</b>              | <b>69</b> |
| <b>Tabela A4 – Evolução de quadro de pessoal da UnB nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021.....</b> | <b>70</b> |

## INTRODUÇÃO

A crise sanitária mundial causada pelo Corona Vírus (COVID-19) provocou uma redução significativa das atividades econômicas no ano de 2020. O estado de pandemia foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ao declarar, ainda no primeiro trimestre de 2020, que o surto constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)<sup>1</sup>.

Essa ESPII deu origem a uma crise de dimensão internacional, afetando de forma negativa toda a população mundial. As autoridades de cada país reagiram de maneiras distintas com o objetivo de mitigar os danos. No Brasil, tais ações foram complementadas com a Lei de n. 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que auxiliou na regulação das medidas usadas para o enfrentamento emergencial desse novo risco à saúde pública.

Segundo dados do Bacen, no Brasil a crise causada pela pandemia alterou a situação econômica das famílias mudando hábitos de consumo e as dinâmicas de trabalho. A quantidade de novos contratos de crédito diminuiu de 39 milhões para 36 milhões houve um aumento no total de inadimplentes em 2020 (BACEN, Relatório de Cidadania Financeira, 2021).

A pandemia, como era esperada, causou danos identificados em vários segmentos, não apenas no da saúde. As influências da doença na economia, por exemplo, conforme Bastos (2021, p. 28-29), têm recebido atenção de estudiosos da Economia:

Diante de quadro tão instável e amedrontador, é claro que a Economia, como Ciência Social que é, foi afetada de maneira direta e brutal pela pandemia de Covid-19, representando um choque profundo sobre a economia mundial, cujo alcance e consequências ainda são difíceis de vislumbrar. As medidas de isolamento social e até *lockdown* impactaram fortemente o mercado de bens e serviços, destruiu relações de trabalho, setores de produção, comércio e crédito.

---

<sup>1</sup><https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> - Acessado em 09 de fevereiro de 2021.

O presente estudo insere-se nessa problemática. Ele enfatiza as consequências desse período conturbado para as finanças das unidades familiares. Em particular, nosso foco é nas finanças dos servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília (UnB) como *proxy* da situação financeira do servidor público federal. Ao analisar o endividamento do servidor da UnB ao longo dos anos de 2020 e 2021, o estudo contribui não apenas para explicitar uma das consequências nefastas da pandemia, como representa uma continuação de análise dessa problemática realizada em estudos anteriores.

Estudos realizados por Souza (2015) e Viana (2020) constataram e acompanharam desequilíbrios nas finanças de grande parte dos servidores técnico-administrativos da UnB no período de 2013 a 2018. Por outro lado, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)<sup>2</sup>, referente ao ano de 2021, aponta o recorde de endividamento das famílias no Brasil. Em meio aos estudos já realizados, observa-se que este desequilíbrio é identificado, mesmo em períodos pré-pandemia, motivo pelo qual serve de base para o presente trabalho.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

O objetivo geral desta Dissertação de Mestrado é analisar os desequilíbrios nas finanças pessoais dos servidores técnico-administrativos da UnB no período da pandemia e, a partir disso, comparar esses dados com o dos anos anteriores.

### **Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos são:

- ✓ Abordar conceitos e definições econômicas do endividamento, bem como as variáveis econômicas que interferem no endividamento pessoal;

---

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic Nacional) é apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a partir de janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores

- ✓ Dar continuidade às investigações a respeito do endividamento dos servidores técnico-administrativos da UnB, atualizando até o ano de 2021;
- ✓ Apresentar dados relativos ao endividamento dos servidores técnico-administrativos dos anos de 2020 a 2021;
- ✓ Analisar as características gerais dos servidores endividados e as causas do seu endividamento;

### **Justificativa**

O interesse pelo tema abordado decorre do contato e convivência com servidores endividados e na intenção de dar continuidade aos estudos de Souza (2015) e Souza (2020). Sendo assim, houve o despertar da necessidade de pesquisa para avaliação e maior entendimento do assunto, visto que a temática pretendida causa inquietação e motivação para aprofundamento e atualização nesta seara.

O interesse dos economistas no estudo do endividamento familiar tem sido crescente nas últimas décadas, de acordo com Bertola e Hochguertel (2005). Esse interesse aumentou ainda mais devido à crise econômica de 2008, visto o excesso de famílias endividadas em decorrência da crise. O mesmo é verdadeiro em relação à pandemia de 2020/2021. No atual cenário, após mais de dois anos de pandemia, a economia mundial experimentou impactos negativos.

Nesse contexto, o presente trabalho está estruturado em 4 partes, além da introdução e da conclusão. A primeira parte apresenta os principais conceitos decorrentes da economia do endividamento, explicando as formas de crédito, como se dá a sua oferta. Esta parte também tem como foco a abordagem inicial de crédito pessoal e crédito consignado.

A segunda parte dedica-se à caracterização das finanças do servidor público. Nesta etapa, são apresentadas as características gerais do servidor público e a visão geral do seu endividamento, bem como as causas desse endividamento.

A terceira parte explica a forma com que foi conduzida a presente pesquisa, demonstrando os métodos e procedimentos utilizados para apresentar de forma satisfatória o tema e o tipo de pesquisa abordado.

A quarta parte tem como objetivo analisar, de forma mais específica o endividamento dos servidores técnico-administrativos da UnB, por meio de representações em mapas, gráficos e tabelas. Neste bloco, é apresentado um mapa geral de endividamento dos servidores técnico-administrativos, bem como o montante de empréstimos contratados por estes servidores e, por fim, apresenta-se o resumo dos principais resultados.

A conclusão discorre os resultados encontrados ao longo da pesquisa, as dificuldades encontradas na realização do estudo e proposições de pesquisas futuras sobre o assunto. Finaliza-se o trabalho com as referências bibliográficas, e os anexos.

## 1. ECONOMIADO ENDIVIDAMENTO

### 1.1. Conceitos Básicos de Endividamento Pessoal

Dívida é o compromisso pecuniário ou patrimonial que assumimos e não pagamos no momento do vencimento do compromisso. Ou seja, é a forma que uma pessoa tem de se usar um ganho futuro para fazer uma aquisição imediata. A disponibilidade de crédito pessoal pode proporcionar às famílias ganhos significativos e aumento da qualidade de vida, visto que permite possibilidades de consumo de bens e serviços que antes não estariam disponíveis para o nível de renda disponível no momento da aquisição.

A alta demanda por crédito pessoal decorre da necessidade de consumo privado em comparação com a renda disponível do demandante de um determinado bem ou serviço. Procura-se o crédito pessoal em contextos nos quais a renda do demandante é inferior a suas necessidades e desejos de consumo em um determinado ponto do tempo.

Geralmente, as pessoas se utilizam de crédito para financiar bens imóveis e bens móveis de elevado custo. Existem várias modalidades de contratação de crédito disponíveis. Cartões de crédito e cheque-especial de conta corrente, por exemplo, são de fácil acesso e estão presentes em quase todas as unidades familiares de sociedades similares à brasileira. No entanto, o tipo e o valor da demanda por crédito dependem das atitudes financeiras dos consumidores e os padrões desses empréstimos são baseados também nas características pessoais, culturais e institucionais do mercado financeiro. No caso de endividamento de pessoas físicas, segundo Souza (2015), o acesso facilitado ao crédito é a principal forma de endividamento das famílias – *householddebt*.

A herança de antecipação de consumo acabou por ser fortalecida pela democratização do crédito. Porém, na mesma proporção em que se consegue o crédito, as pessoas se endividam cada vez mais, de forma ativa, gastando mais do que ganham, ou de forma passiva, na qual fenômenos alheios à vontade do tomador do crédito, como doença na família, levam à falta de pagamento. Surgem diversos efeitos colaterais: endividamento, inadimplência e desequilíbrio nas finanças pessoais (SOUZA, 2015, p. 26).

Um aspecto complementar é que os bancos e as instituições financeiras não só facilitam de uma forma cada vez marcante e generalizada a possibilidade de aquisição do crédito ao consumidor como, inclusive, incentivam, quando

oferecem créditos pré-aprovados do cartão de crédito. Sendo cuidadosamente utilizado, o cartão de crédito pode ser um aliado na tentativa de equilibrar as contas e manter um bom padrão de bem-estar. No entanto, toda essa facilidade na obtenção do crédito somada ao comportamento impulsivo e pouco cuidadoso do consumidor, tende fortemente ao endividamento.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em agosto de 2010 a primeira medição do Índice de Expectativa das Famílias (IEF). O IEF é um indicador baseado na pesquisa domiciliar, onde o principal objetivo é estimar a percepção das famílias sobre sua condição financeira atual em relação a um passado recente e expectativa para um futuro próximo. Por meio dessa pesquisa, são identificadas as variáveis que interferem no endividamento das famílias, além dos “acontecimentos surpresa” como problemas na saúde, defeito em objetos de utilização necessária no dia a dia como carro, celular, computador geladeira etc.

Souza (2015) destaca que o IEF é um índice que resume a percepção das famílias brasileiras em relação a um conjunto de questões como (i) a situação econômica nacional; (ii) a condição financeira passada e a expectativa futura; (iii) decisões de consumo; (iv) endividamento e as condições de quitação de dívidas e contas atrasadas; e (v) o mercado de trabalho, especialmente nos quesitos segurança na ocupação e sentimento futuro de melhora profissional (SOUZA, 2015, p. 36).

Em geral, o crédito é um instrumento que gera um efeito positivo para a economia visto que o aumento do consumo faz com que a oferta e a demanda cresçam, e isso faz com que mais empregos e mais renda estejam disponíveis para a população. Por outro lado, segundo Souza e Torralvo (2011), o hábito de não se planejar financeiramente gera certa dificuldade na execução na gestão das famílias. Ou seja, a não confrontação da diferença entre entradas e saídas e a ausência de poupança são exemplos clássicos de casos que, inevitavelmente, levam ao endividamento.

Sabe-se que hábitos de consumo ultrapassados são, por vezes, os causadores das dificuldades financeiras enfrentadas pelos consumidores. Endividados trabalham para quitar suas dívidas por falta de habilidades de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em fazer um planejamento financeiro. O que pode

influenciar direta ou indiretamente a qualidade de vida. O planejamento financeiro é mais do que nunca, fundamental para uma vida equilibrada e agradável (EID JÚNIOR; GARCIA, 2001, p. 27).

Além disso, as pessoas são influenciadas pelo poder das imagens utilizadas pelo marketing, que é agressivo, forçando a venda dos produtos. O consumidor é envolvido de tal forma que dificulta a fuga do consumo. Em complemento, Almeida (2012) ressalta:

Deve-se ter em mente que consumo e consumismo são entes distintos. Enquanto o consumo se revela na aquisição saudável de bens do mercado, ou seja, na aquisição do necessário para a garantia de uma existência digna, o consumismo é a compulsão por consumir. O consumismo resulta na aquisição do supérfluo, que, na verdade, é inculcado na cabeça dos consumidores como necessidade - são as famosas aparentes necessidades criadas pelos fornecedores da sociedade de consumo por meio do marketing (ALMEIDA, 2012, p. 16).

Para as pessoas que compõem camadas sociais menos providas de recursos, a situação piora quando há a quitação parcial da dívida de cartão de crédito. A quitação parcial da dívida de cartão de crédito, quando feita, torna a bola de neve ainda maior, o que faz com que seja a principal vilã quando se diz respeito a endividamento.

Segundo Souza (2015), o sacrifício do trabalhador em razão do atraso em suas contas pode ser considerado um problema social, visto que a qualidade de vida do trabalhador influencia diretamente no aumento de sua criatividade e produtividade. O endividamento é muito além de apenas prestações; são dívidas maiores do que os rendimentos e falta de controle financeiro familiar. Dessa forma, o endividamento, que está cada vez mais frequente, pode refletir de uma forma muito intensa na economia e no futuro de um país.

## **1.2. Oferta de Crédito e as Formas de Crédito**

### **1.2.1. Oferta de Crédito**

O crédito é um tipo de variável econômica que expande as produções e transações do mercado de um país e amplia o poder de compra dos consumidores. A oferta de crédito é influenciada por inúmeros fatores. Muitos desses fatores que são típicos do comportamento das empresas ofertantes de

crédito. Entre eles, destacam-se a custo do dinheiro, a liberalidade na concessão de crédito, as oportunidades derivadas das despesas sazonais dos demandantes de crédito, entre outras.

O grande investimento das instituições financeiras em oferecer crédito é o ganho de juros. Em uma visão facilitada, os juros podem ser considerados como um valor referente ao aluguel do dinheiro no tempo; ou seja, o custo do dinheiro a depender do período de tempo contratado. Segundo Giannetti (2005), os juros são uma relação de troca intertemporal que está presente desde os primórdios da sociedade e se mantém consolidado e perdurando até os dias de hoje. Ainda segundo o autor, as taxas de juros perfazem relações complexas, principalmente quando se considera oferta e demanda.

O comportamento da taxa de juros também é decisivo no momento de demanda para aquisição de créditos. Tal conclusão é observada com base nas Tabelas 1 e 2. Verifica-se que, enquanto a Tabela 1 representa os dez bancos com menor taxa de juros no empréstimo consignado, a Tabela 2 representa os dez bancos com menor taxa de juros no empréstimo pessoal tradicional. De antemão, percebe-se que, em geral, as taxas de empréstimo consignado são menores do que as taxas do empréstimo pessoal tradicional. Dessa forma, ratifica-se a ideia de que a taxa de juros se baseia não somente pelo momento do mercado atual, como também na segurança e garantia de adimplência e recebimento das parcelas. No caso do servidor público, pelo fato de as taxas de juros aplicadas no empréstimo consignado público serem atrativas, a facilidade de contratação de crédito aumenta e isso contribui para o endividamento dessas famílias.

**Tabela 1: Crédito pessoal consignado público no período de 19 a 23 de setembro de 2022**

| Posição | Instituição                     | Taxas de juros |         |
|---------|---------------------------------|----------------|---------|
|         |                                 | % a. m.        | % a. a. |
| 1       | BCO CCB BRASIL S. A.            | 1,32           | 17,02   |
| 2       | BANCO INTER                     | 1,37           | 17,74   |
| 3       | BCO COOPERATIVO SICREDI S. A    | 1,43           | 18,54   |
| 4       | BRB - CFI S/A                   | 1,48           | 19,27   |
| 5       | BCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A. | 1,49           | 19,37   |
| 6       | CAIXA ECONOMICA FEDERAL         | 1,49           | 19,43   |
| 7       | BCO DO EST. DO PA S. A.         | 1,51           | 19,73   |
| 8       | BANCO INBURSA                   | 1,54           | 20,08   |
| 9       | BCO BANESTES S. A.              | 1,56           | 20,41   |
| 10      | ITAÚ UNIBANCO S. A.             | 1,64           | 21,61   |

Fonte: BACEN - adaptado pela pesquisadora.<sup>3</sup>

**Tabela 2: Crédito pessoal não consignado no período de 19 a 23 de setembro de 2022**

| Posição | Instituição             | Taxas de juros |         |
|---------|-------------------------|----------------|---------|
|         |                         | % a. m.        | % a. a. |
| 1       | BANCO BRADESCARD        | 0,71           | 8,89    |
| 2       | BCO ANDBANK S. A.       | 1,06           | 13,43   |
| 3       | BANCO BTG PACTUAL S. A. | 1,46           | 19,00   |
| 4       | FINANC ALFA S. A. CFI   | 1,51           | 19,71   |
| 5       | BCO SOFISA S. A.        | 1,52           | 19,90   |
| 6       | PLANTAE CFI             | 1,69           | 22,29   |
| 7       | BCO MODAL S. A.         | 1,71           | 22,55   |
| 8       | BCO PINE S. A.          | 1,75           | 23,09   |
| 9       | TENTOS S. A. CFI        | 1,86           | 24,74   |
| 10      | BANCO INBURSA           | 1,89           | 25,16   |

Fonte: BACEN - adaptado pela pesquisadora.<sup>4</sup>

Segundo Loureiro (2014), apesar de a experiência com o crédito pelo Brasil ser recente – menos de três décadas –, o crédito para segmentos crescentes já modificou a economia e a vida de muitos brasileiros. Inclusive, os ganhos socioeconômicos decorrentes dessa experiência fazem com que o mercado consumidor brasileiro seja um dos mais atraentes do mundo. Ainda segundo o autor, visto a grande perspectiva de crescimento e a baixa relação crédito/PIB, é necessária a discussão a respeito do sistema de crédito brasileiro

<sup>3</sup><https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:220;encargo:101>

<sup>4</sup><https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros/?parametros=tipopessoa:1;modalidade:221;encargo:101>

e os seus impactos no endividamento do consumidor, que tem evoluído aceleradamente.

A concessão de crédito por instituições financeiras depende, dentre outros fatores, de cuidados específicos no momento de liberação do crédito. Porém, quando há garantia de pagamento mediante instituições (no caso do servidor público), a tendência das instituições financeiras é ter um comportamento mais liberal quando da concessão de valores.

Segundo informações do Bacen, são origens das dívidas pessoais e das famílias: A liberalidade na concessão de crédito, as despesas sazonais, o *marketing* sedutor, o orçamento deficitário, a redução de renda sem redução de despesas, as despesas emergenciais, a separação de bens, mas não dos gastos (em caso de divórcio, por exemplo) e pouco conhecimento financeiro.

As despesas sazonais são aquelas que ocorrem em uma época específica do ano, apertando ainda mais o orçamento das famílias. São exemplos os gastos com impostos (IPTU, IPVA, IR), material escolar e datas comemorativas. Despesas como essas podem incentivar o consumidor a solicitar contratação de crédito e motivar os ofertantes em ampliar a oferta.

Segundo o Banco Central do Brasil, os bancos podem ofertar várias modalidades de crédito, das quais as principais são: financiamentos, empréstimo ou crédito pessoal, empréstimo pessoal com garantia, empréstimo pessoal consignado, cartão de crédito e cheque especial. No presente trabalho, serão abordadas com mais detalhes as modalidades de crédito pessoal e empréstimo consignado.

O *marketing* é constituído por várias técnicas de vendas e tecnologia utilizadas pelos profissionais a fim de impulsionar vendas, levando o consumidor a realizar por impulso compras não planejadas. Por muitas vezes, isso acaba por provocar desequilíbrio na situação financeira das famílias

### 1.2.2. O crédito pessoal

O crédito pessoal é definido como uma fonte extra de recursos obtida por meio de terceiros que possibilita a antecipação do consumo das famílias, adiantando a sua aquisição de bens e produtos. Segundo Souza (2015), a instituição financeira concessora do crédito recebe como remuneração, os juros sobre o valor emprestado.

A Tabela 3 demonstra os vários tipos de modalidades de contratação de crédito pessoal para pessoas físicas. Dentre as principais e mais populares temos o cartão de crédito, o cheque especial, o crédito direto ao consumidor, o empréstimo em consignação, o financiamento imobiliário, o microcrédito e o penhor.

Segundo dados do BACEN (2022), o empréstimo ou crédito pessoal é o mais comum entre os tomadores de crédito. Nessa modalidade de crédito, os juros costumam ser mais altos, pois não há a necessidade de garantia e nem de especificar ao banco a finalidade do gasto, fazendo com que o risco de recebimento do banco que empresta o dinheiro seja maior. No financiamento, o tomador contrata a operação de crédito para a aquisição de um bem específico de alto valor. Nesses casos, a taxa de juros costuma ser menor, visto que o próprio bem financiado serve como garantia de pagamento.

O empréstimo ou crédito pessoal é o mais comum entre os tomadores de crédito. Nessa modalidade de crédito, os juros costumam ser mais altos, pois não há a necessidade de garantia e nem de especificar ao banco a finalidade do gasto, fazendo com que o risco de recebimento do banco que empresta o dinheiro seja maior.

No empréstimo pessoal com garantia, o tomador de recursos utiliza um bem livre de ônus como garantia de pagamento. Nessa modalidade de crédito, há uma análise mais detalhada do perfil do cliente pela instituição financeira e os juros costumam ser menores. No empréstimo pessoal consignado, a parcela do empréstimo pessoal é descontada na folha de pagamento de salário ou benefício previdenciário. Nesse caso, como o risco é mínimo, os juros do empréstimo são ainda menores (BACEN, 2022).

**Tabela 3: Modalidades de Crédito**

| <b>Modalidade de Crédito</b> | <b>Descrição</b>   |
|------------------------------|--|
| Cartão de crédito            | é muito utilizado para a aquisição de bens e serviços em estabelecimentos credenciados. Nos dá a opção de fazer o pagamento à vista, à prazo ou parcelado.   |
| Cheque-especial              | é vinculado a conta corrente de movimentação em uma instituição financeira. Ele permite que o correntista tenha acesso na conta corrente a valor superior ao que realmente tem em conta.   |
| Crédito direto ao consumidor | é o financiamento onde a sua maior utilização é para a aquisição de bens e serviços de maior valor como veículos e eletrodomésticos. O cartão de crédito é um tipo de crédito direto ao consumidor.  |
| Empréstimo em consignação    | É a operação de crédito cujo pagamento é descontado diretamente na folha de pagamento ou benefício previdenciário do contratante.  |
| Financiamento Imobiliário    | é aquele que, para realizar a entrega do valor acordado em contrato, garante o desconto do valor das prestações diretamente na folha de pagamento do tomador do empréstimo.  |
| Microcrédito                 | é um tipo de empréstimo que vem para beneficiar pequenos empreendedores que tem como objetivo ampliar o seu negócio. Por ser um empréstimo criado como um programa social do governo e recomendado a pessoas de baixa renda, as taxas de juros do microcrédito estão entre as mais baixas do mercado, não ultrapassando 4% ao mês. |
| Penhor                       | é uma modalidade de liberação de crédito exclusivo da Caixa Econômica Federal (CEF) e tem como garantia objetos de grande valor como joias, ouro, diamante, entre outros.  |

Fonte: BACEN - Elaborado pela pesquisadora.

A utilização de cartão de crédito pressupõe um empréstimo de rápido retorno. Nessa modalidade, o tomador do crédito possui um cartão de crédito que pode utilizar à vontade na medida do limite estabelecido pelo banco, tendo uma data fixa para pagamento. Caso o pagamento não seja feito na data acordada, o utilizador do cartão terá de arcar com o valor gasto acrescido de elevadas taxas de juros.

Por fim, tem-se também a modalidade de cheque-especial. O cheque-especial é vinculado a uma conta corrente em uma instituição financeira e constitui um limite a mais na conta corrente para utilização de dinheiro. Após a contratação esse limite pode ser usado imediatamente, porém, mediante uma alta taxa de juros.

### 1.2.3. Crédito Consignado

Após a instituição do Plano Real, em 1994, os bancos passaram por profundas mudanças. Mesmo após essas mudanças e com maior estruturação, as instituições bancárias continuaram, por algum tempo, mantendo a concessão de crédito em segundo plano, apostando de forma mais intensas em ganhos derivados da compra e da venda de títulos públicos (MEDEIROS, OLIVEIRA e FILHO, 2018). Não obstante, com o Plano Real a inflação brasileira se manteve em níveis próximos de zero. Estabilizado o nível de inflação, as instituições financeiras passaram a focar em novas estratégias para aumentar a sua margem de lucro e a oferta de crédito era uma delas.

Segundo Schuh, Coronel, Bender e Filho (2016), a modalidade de oferta de crédito baseou-se no empréstimo imediato ao consumidor, mediante pagamento a prazo, cobrança de juros e parcelas fixas. No início de 2003, no entanto, com a estabilidade econômica, os bancos modificaram a sua política e passaram a expandir a oferta de crédito. A oferta de crédito veio como uma nova estratégia para o aumento da lucratividade das instituições financeiras (MORA, 2015).

Porém, de todas as modalidades de crédito, o crédito em consignação foi um dos grandes responsáveis pelo aumento cada vez maior da facilidade na contratação de crédito. A Lei de n. 1.046/50, ainda em vigor, foi uma das primeiras legislações a tratar sobre o crédito consignado em folha de pagamento

de uma forma mais peculiar, como, por exemplo, determinando como obrigatórios os descontos autorizados pelos clientes, estabelecendo percentuais máximos para desconto em folha, bem como especificando as pessoas que podem contratar esse tipo de empréstimo. Dessa forma, em uma realidade onde a taxa de juros referente à concessão de crédito para pessoas físicas era mais alta do que para as pessoas jurídicas, as instituições financeiras começaram a perceber que essa era uma modalidade de ganho mais rentável.

Em meio ao contexto de ampliação de crédito ao consumidor, o empréstimo consignado passa a estar presente de uma forma ainda mais intensa com o surgimento da 10.820/03, que possibilitou aos trabalhadores do regime celetista a opção de contratar crédito de forma que as parcelas deste empréstimo sejam descontadas diretamente no seu contracheque. Mesmo com a criação desta lei, não se nega que o servidor público sempre foi alvo principal dos bancos quando se fala em contratação de crédito.

A partir de então, o crédito consignado apresentou crescimento incessante, passando a ser a principal política de crédito direto. Segundo dados do Banco Central (2017), foi identificado um crescimento considerável na concessão de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e servidor público federal. Ainda segundo o Banco Central (2017), o empréstimo consignado atinge mais de dois terços do total de crédito pessoal oferecido desde o final de 2009.

Segundo Mora (2015), o crescimento dessa modalidade de crédito modificou o perfil do crédito pessoal em relação a juros e prazos. Isso ocorreu por causa da possibilidade de desconto direto na folha de pagamento do trabalhador. Com o recebimento por parte das instituições financeiras garantido pela consignação em pagamento, a oferta pelo crédito aumentou ainda mais.

Ademais, segundo dados do Banco Central (2021), foi identificado um crescimento considerável na concessão de crédito consignado para os idosos, destacando a carteira ativa de 40% no crédito consignado. Para Porto (2013), esse crescimento também tem gerado alto grau de endividamento, não só em relação à falta de investimento em educação financeira por parte do governo, mas também por se tratar de pessoas idosas que, em sua maioria, não tem tanta prática quanto a forma de acesso à informação utilizada na oferta do crédito.

#### 1.2.4. A Demanda por Crédito

Diversos são, também, os fatores que influenciam o comportamento dos demandantes por crédito. Entre elas destacam-se: necessidade de atender despesas imprevistas, orçamento deficitário, falta de poupança, pagamento de dívidas ou impostos. O empréstimo consignado, nesses momentos, aparece como grande solução para esses problemas, visto que possui as mais baixas taxas de juros do mercado, crédito imediato e divisão do débito em parcelas fixas em prolongadas, entre outros.

Quando da realização do empréstimo, raramente o cliente verifica o custo em relação a outros ofertantes. A comparação de preços, sem dúvidas, seria de grande vantagem para o contratante. O Custo Efetivo Total (CET) é um estudo que possibilita o cliente de saber informações a respeito do quanto efetivamente custa um empréstimo ou financiamento. No CET é incluído não apenas o valor dos juros, mas também o das tarifas, impostos e demais encargos a serem arcados pelos clientes (SOUZA, 2015).

Com as informações que constam no CET, o cliente pode comparar o que é cobrado por duas ou mais instituições financeiras e, assim, ser capaz de escolher o produto que mais lhe é adaptável. Além disso, as informações oferecidas pelo CET também possibilitam ao consumidor saber o motivo pelo qual um banco tem um empréstimo mais caro do que outro banco, mesmo tendo uma taxa de juros mais baixa.

Toda contratação de crédito gera custo, risco e/ou limitação. São eles: custo de antecipação do consumo com o uso de crédito, o risco de endividamento excessivo e o limite de consumo futuro.

Ao antecipar a utilização de um bem ou serviço sem a devida disponibilidade financeira, utilizando-se de um dinheiro que não se tem, juros passam a ser cobrados pela instituição financeira contratada, portanto, a antecipação tem um custo. Segundo Slywotzky (2002), a demanda por crédito pode ser caracterizada por pessoas que administram mal as suas finanças e que não possuem planejamento de gastos pessoais. Geralmente pessoas com estas características tendem ao endividamento ao gastar mais do que ganham e não poupando.

O risco de endividamento excessivo é consequência de qualquer contratação de crédito. O uso inadequado do crédito pode gerar vários tipos de

problema, inclusive psicológicos, bem como comprometer a vida financeira de uma família.

O orçamento deficitário é identificado naquelas famílias que possuem o padrão de vida superior ao que a sua renda consegue arcar. Sendo assim, a facilidade de contratação de crédito propicia a essas famílias um alto poder de compra mediante empréstimos e outras modalidades de crédito, o que acaba por comprometer a sua situação financeira.

Situações em que há perda de parte da renda familiar (por desemprego, por exemplo), pode levar as famílias ao endividamento caso não haja a devida redução de despesas. Dessa forma, para que a família não entre em situação de endividamento, deve adaptar seus gastos à nova realidade. As despesas emergenciais são aquelas que nos pega de surpresa. Pode variar entre o defeito em um eletrodoméstico a problemas de saúde inesperados. O aconselhável é que tenhamos sempre um fundo guardado para esse tipo de despesa. Caso esse fundo não exista, a contratação de crédito acaba sendo uma das opções mais fáceis para a resolução desse tipo de problema; porém, é uma opção que tende ao endividamento.

A separação de bens decorrente da separação também é um motivo que tende ao endividamento. Gastos que anteriormente eram divididos, agora não são mais; gastos que antes eram necessários, passam a não ser. Muitas possibilidades devem ser avaliadas e ambos devem ajustar o seu estilo de vida a sua renda individual para evitar o endividamento.

#### 1.2.5. Educação Financeira: sua ausência como causa de endividamento?

O chamado “analfabetismo financeiro” também é um grande influenciador para o endividamento. O pouco conhecimento financeiro por parte das famílias faz com que o controle dos seus gastos seja ainda mais difícil. Cerbasi (2004) ressalta ainda que a riqueza depende não somente do quanto se ganha, mas principalmente da forma como se gasta. A qualidade de vida não se limita ao “ter”, mas na saúde e equilíbrio financeiro das pessoas.

Com um bom conhecimento financeiro, as pessoas passam a ter uma maior liberdade de escolha para administrar os próprios rendimentos; elas conseguem satisfazer as suas necessidades básicas, realizarem alguns desejos de consumo e ainda poupar para suprir gastos inesperados (RIBEIRO, 1999).

É costumeiro considerar que o pouco conhecimento das pessoas a respeito de gestão financeira é a causa do seu endividamento. Sendo assim, uma das formas de conseguirmos essa habilidade seria por meio da educação financeira. A educação financeira, segundo Savoia, Saito e Santana (2007), é um processo educativo que permite que as pessoas desenvolvam habilidades de gestão financeira. Essas habilidades são importantes para que as pessoas possam tomar decisões seguras sobre suas finanças. Além disso, a partir de quando as pessoas aprimoram suas habilidades no gerenciamento financeiro, elas se tornam mais integradas à sociedade e ao mercado, ampliando ainda mais o seu bem-estar.

Souza (2015) explica:

Para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2004), a educação financeira é importante para os consumidores por auxiliá-los a orçar e gerir sua renda além de orientá-los a poupar e investir. Já a OCDE (2005) define a educação financeira como o processo em que os indivíduos melhoram a compreensão sobre os produtos financeiros e os conceitos de riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentais e com segurança, melhorando o bem-estar financeiro (SOUZA, 2015, p. 28).

O tema “educação financeira” é muito pouco explorado no Brasil<sup>5</sup>. Segundo Grüsner (2007), isso a causa da falta de literaturas mais robustas e completas a respeito do assunto, visto que não recebe a consideração científica e didática devida. Sendo assim, o interesse de se educar financeiramente deve partir da própria pessoa.

O planejamento das finanças, como já visto, claramente é uma ferramenta crucial para evitar o endividamento. Esse planejamento pessoal das finanças se inicia com a ideia de que deve ser seguida uma estratégia precisa em relação ao controle do consumo e ao ato de poupar. Tal estratégia, segundo Frankenberg (1999), deve se direcionar para a acumulação de bens e valores que irão construir o patrimônio dessa família, sem que haja cortes e privações que

---

<sup>5</sup> A educação financeira no Brasil ainda está em estágio de desenvolvimento. Ainda segundo Savoia, Saito e Santana (2007), países como Estados Unidos e Reino Unido estão muito mais a frente. Nos Estados Unidos, por exemplo, a educação financeira faz parte da grade curricular das escolas de alguns estados; além disso, mais de 70% dos bancos desenvolvem programas de educação financeira. Já no Reino Unido, houve, inclusive, a criação de um fundo com o intuito de estimular o ato de poupar.

alterem o bem-estar familiar. Na seara internacional, segundo Dolvin e Templeton (2006), já existem estímulos a programas de educação financeira com o objetivo de instruir as pessoas a administrar suas finanças a partir da criação de novos conhecimentos, aptidões e habilidades.

O *Federal Reserve* (FED), o banco central norte-americano, vem atuando, de forma ativa, no levantamento de dados sobre a efetividade dos programas de educação financeira que englobam atividades direcionadas aos trabalhadores, aos estudantes e à população como um todo. Segundo Worthington (2006), o Fed criou o *JumpCoalition for Personal Financial Literacy* que, a cada dois anos, avalia o nível de conhecimento financeiro dos estudantes do ensino médio, colaborando para a proliferação de leis estaduais que instituem a inserção da educação financeira nas grades curriculares (SOUZA, 2015, p. 29).

No Brasil, Banco Central do Brasil (Bacen) possui o Programa de Educação Financeira (PEF), o qual se responsabiliza pela orientação financeira da população, contribuindo assim para um melhor planejamento financeiro pessoal. Além disso, o BCB também desenvolve várias outras ações como, por exemplo, o Museu-Escola, Museu vai à Escola e Banco Central e Universidade. Porém, segundo Savoia, Saito e Santana (2007) tais programas oferecidos pelo BCB não atingem de forma tão ampla o público que mais necessita dessas informações. Além disso, mesmo com todos esses programas, a atuação do BCB é relativa, devido a inexistência de uma regra que exija o incentivo da educação financeira por parte das instituições.

#### 1.2.6. O Grau de Endividamento das Famílias Brasileiras

No início do século XXI, segundo Costa e Manolescu (2003), entre os anos de 1998 a 2001, o volume de crédito no Brasil era pouco superior a 35% da renda nacional, enquanto o do Reino Unido, por exemplo, superava 130%. Nos anos 2000, todos os setores de atividade aumentaram seu montante de crédito frente ao PIB. O segmento de crédito relativo às pessoas físicas, por exemplo, foi o que mais cresceu.

Um dos resultados dessa expansão foi revelado por pesquisa divulgada pelo Banco Central no ano de 2011: cada brasileiro devia mais de 40% da soma dos salários em todo o ano de 2011. Ou seja, só pessoas físicas deviam mais de R\$ 715 bilhões de reais aos cofres das instituições financeiras, contando das

operações mais simples às mais complexas. Já no início de 2022, o resultado da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) mostrou que mais de 70% das famílias brasileiras estavam endividadas. Dessas famílias, quase 11% declararam não ter condições de quitar suas dívidas. Sendo que em dezembro de 2021 o percentual foi ainda maior, chegando a 76,3%.

A Tabela 4 apresenta os dados de endividamento das famílias brasileiras entre o ano de 2013 e o de 2021. Como se pode observar, desde o ano de 2013, a quantidade de famílias endividadas supera 55%; ou seja, mais da metade das famílias brasileiras estão endividadas. O percentual de variação do endividamento destas famílias teve uma pequena variação ao longo dos anos 2013 a 2021 (0,5% a 3,1%). No ano de 2021, entretanto, a variação percentual de famílias endividadas teve um aumento maior (4,4%); consequência geradas pela pandemia. Do total do número de famílias endividadas, entre os anos de 2013 e 2021, em média, de 20% a 25% dessas famílias possuem conta em atraso; e das famílias com conta em atraso, em análise ao mesmo período de tempo, por volta de 7% a 11% dessas famílias não possuem condições de pagar essas dívidas em atraso.

Tabela 4: Percentuais da evolução do endividamento das famílias nos anos de 2013 a 2021

|  | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      | 2019       | 2020       | 2021       |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| <b>PEIC (Percentual do total) - Média anual</b>      |           |           |           |           |           |           |            |            |            |
| Famílias endividadas                                 | 58,3%     | 61,9%     | 61,1%     | 60,2%     | 60,8%     | 60,3%     | 63,6%      | 66,5%      | 70,9%      |
| Famílias com conta em atraso                         | 21,2%     | 19,4%     | 20,9%     | 24,2%     | 25,4%     | 24%       | 24%        | 25,5%      | 25,2%      |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 6,9%      | 6,3%      | 7,7%      | 9,2%      | 10,2%     | 9,7%      | 9,6%       | 11%        | 10,5%      |
| <b>PEIC em números absolutos – Média anual</b>       |           |           |           |           |           |           |            |            |            |
| Famílias endividadas                                 | 9.109.768 | 9.041.244 | 8.921.747 | 9.448.241 | 9.681.798 | 9.665.659 | 10.280.269 | 10.790.920 | 11.554.758 |
| Famílias com contas em atraso                        | 3.043.350 | 2.836.560 | 3.075.872 | 3.723.440 | 3.942.647 | 3.787.941 | 3.841.278  | 4.140.443  | 4.114.597  |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 998.661   | 899.870   | 1.109.012 | 1.419.072 | 1.607.818 | 1.587.618 | 1.610.413  | 1.817.635  | 1.712.212  |

Fonte: Peic/CNC- adaptado pela pesquisadora<sup>6</sup>

<sup>6</sup>Tipos de Dívida analisados pela PEIC: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas.

A educação básica em assuntos financeiros é de essencial importância para as pessoas que vivem em um mundo onde o sistema econômico predominante é o capitalismo. Porém, pouco se fala sobre a importância da influência desses conhecimentos na melhora da qualidade de vida pessoas. O conhecimento a respeito de investimento na educação financeira pessoal deveria ser considerado como um fator mais importante e propagado de forma a atingir cada vez mais pessoas, visto que cada um constitui parte de um todo da economia (FERREIRA, 2017). Diante disso, entende-se que o consumo individual e/ou coletivo pode contribuir para o desequilíbrio das finanças familiar e social, como corrobora Leão (2016).

O mercado disponibiliza produtos e serviços que se tornam cada vez mais necessários para as famílias e a facilidade de pagamento oferecida ao cliente permite que as pessoas tenham como satisfazer essas necessidades. O homem contemporâneo tem à sua disposição um emaranhado de práticas permeadas pelo acesso a vários tipos de financiamentos e empréstimos.

Mesmo com novos produtos e serviços essenciais surgindo a cada dia, nem sempre é possível suprir tais demandas a partir de uma renda incerta. Leão (2016) relembra que, em relação à parte mais carente da população, a situação é mais crítica, visto que os seus rendimentos não conseguem acompanhar o aumento do custo de vida.

Diante disso, não é difícil ter como hipótese que essa crise financeira afeta de forma mais intensa os assalariados e aqueles que já viviam abaixo da linha de pobreza, que estão tendo de restringir cada vez mais as suas necessidades para conseguir acompanhar o padrão de vida atual. Ainda segundo Leão (2016), a presença de crianças e jovens no seio familiar faz com que o orçamento familiar fique cada vez mais oneroso.

## **2. UM DEMANDANTE ESPECÍFICO DE CRÉDITO: SERVIDOR PÚBLICO**

### **2.1. Finanças dos servidores públicos**

Existe certa resistência por parte dos bancos e cooperativas em relação à concessão de empréstimos consignados para os trabalhadores da iniciativa privada. Esses empregados não possuem estabilidade no emprego, tendo assim, mudanças constantes de emprego e conseqüentemente, sua forma de pagamento. Pelo fato de os servidores do setor público possuírem maior estabilidade no serviço e no âmbito salarial, a facilidade de concessão de empréstimos e financiamentos é ampliada.

Segundo disposições na Constituição Federal de 1988, os servidores públicos são todos aqueles que possuem vínculo funcional com o Estado. De acordo com a Lei 8.112/90, servidor público é aquela pessoa legalmente investida no cargo público e que possui atribuições e responsabilidades previstas em legislação. O servidor público possui vínculo de trabalho com o Estado e possui estabilidade após três anos de estágio probatório. Pelo fato de tal vínculo apresentar esta estabilidade, os servidores são grande alvo de instituições financeiras.

Vale lembrar que o endividamento dos servidores públicos decorre da facilidade na disponibilidade de créditos oferecidos por instituições financeiras. Para alguns pesquisadores o alto grau de endividamento envolve os servidores públicos de menor salário e nível de escolaridade, porém, para outros, associar o nível de escolaridade do endividado é considerado preconceito.

Conforme os estudos de Souza (2015), existe a seguinte correlação entre o nível de escolaridade e o nível de renda: quanto maior o nível de escolaridade, menor a demanda por crédito e quanto maior a renda, menor a demanda por crédito. “A classe dos servidores do Ensino Básico apresentou um elevado percentual de tomadores de empréstimos em relação ao total de servidores nessa classe” (SOUZA, 2015, p. 76). Ademais, corroboram com Souza (2015) os autores Claudino et al. (2009), e Flores, Vieira e Coronel (2014), que afirmam que as pessoas que percebem menor renda tendem mais fortemente ao endividamento.

Segundo Viana (2020), outro fator que contribui para o endividamento do servidor público é a falta de conhecimento financeiro. Apesar de não ser uma

regra absoluta, percebe-se que a maioria dos servidores públicos não tem conhecimento o suficiente para a manutenção de uma vida financeira saudável.

## 2.2. Visão ampla do endividamento dos servidores públicos

Pelo fato de serem estáveis e possuírem renda fixa, os servidores públicos se tornaram bons alvos para instituições financeiras, que fazem com que essas pessoas se aventurassem na contratação de créditos para aquisição de bens e serviços mais caros que normalmente dariam conta de arcar. A possibilidade de termos algo que imaginamos ser muito além da nossa capacidade de aquisição é algo que influencia fortemente na vontade do servidor público em contrair empréstimos.

Vieira et al. (2013) perceberam que, além de os empréstimos oferecidos aos servidores públicos serem de valor mais elevado, eles também contam com o benefício de menores taxas de juros e prazos mais longos. Essas regalias, como já mencionado, decorrem da garantia de que as parcelas serem pagas sempre no prazo estipulado e em seu valor integral. E, segundo Viana (2020), assim o processo de endividamento começa. A partir das facilidades já mencionadas oferecidas pelas instituições, juntamente com várias modalidades de crédito e suas opções para pagamento, os servidores públicos passam a contratar esses créditos de uma forma cada vez mais assídua; por vezes, de forma irresponsável ao ponto de não se atentarem a consequências futuras que acabam acarretando o endividamento.

Dessa forma, surge um círculo vicioso onde novos empréstimos passam a servir para honrar prestações anteriores, não mais novos produtos e serviços. Assim, a partir de quando se chega a este ponto, o servidor público passa a ter mais dificuldade na manutenção da sua qualidade de vida. Segundo Claudino et al. (2009), esse processo chega a tal ponto que o servidor passa a não conseguir mais honrar seus compromissos financeiros e, em decorrência disso, não conseguem a contratação de mais crédito com as instituições financeiras. Esse fenômeno é denominado de múltiplo endividamento.

Viana (2020) relata que, no caso do empréstimo consignado, quando os seus débitos atingem a margem de trinta e cinco por cento (35%), os servidores públicos ficam impossibilitados de contratar novos empréstimos. A partir disso, os servidores públicos passam a fazer a utilização de outras opções de crédito,

tais como cartão de crédito e cheque-especial, onde a taxa de juros são significativamente maiores.

Dessa forma, com todas essas opções de contratação de crédito, o servidor público passa a comprometer bem mais do que 35% da sua renda. Um exemplo disso:

No Distrito Federal houve um caso onde um policial militar do Distrito Federal ficou nove anos seguidos sem receber um centavo sequer de seu salário, motivo pelo qual se viu obrigado a recorrer à justiça a fim de recuperar margem que fosse suficiente para o seu sustento, só a dívida com o cartão de crédito atingiu a incrível marca de 3,5 bilhões (VIANA, 2020, p. 46).

Com isso, repara-se que, diante do excesso da oferta de crédito pela condição de servidor público, o padrão de consumo dessa categoria de trabalhador aumenta. Porém, esse endividamento de forma desordenada na vida dos servidores tem tido um impacto negativo em suas finanças, o que gera um comprometimento quase integral de sua renda.

### 2.3. Causas do Endividamento

São diversos os fatores que fazem com que os servidores públicos contratem crédito e se endividem posteriormente. Inicialmente o crédito é contratado na intenção de aquisição de bens e serviços por parte do servidor público, porém, em grande parte das vezes os recursos obtidos através desses empréstimos são utilizados para abater em valores de empréstimos anteriores.

Não foi identificado o interesse de poupar recursos por parte dos servidores públicos a fim de aquisição de bens e serviços com pagamento à vista.

Geralmente os servidores se utilizam do crédito para a aquisição de bens e serviços. Porém, na maioria das vezes esses recursos obtidos através de empréstimos são utilizados para redução de juros adquiridos em empréstimos anteriores contratados com juros mais altos, na aquisição, construção ou reforma de casas, na abertura de um negócio próprio, no pagamento de despesas emergenciais relacionadas a algum tipo de problema de saúde em sua família, em viagens e também na aquisição de veículos. Não há por parte dos servidores públicos o costume de poupar dinheiro com a finalidade de se adquirir recursos necessários

para a aquisição de um bem com pagamento a vista (VIANA, 2020, p. 49).

Dessa forma, conclui-se que fatores econômicos são variáveis diretas no auxílio ao endividamento. Os acontecimentos inesperados, neste caso, atingem principalmente aqueles que não possuem o costume de poupar. Além disso, como já mencionado, é natural e compreensível que as pessoas busquem maneiras de equiparar seu padrão de vida ao meio social a que pertencem. Diante disso, a contratação de crédito é uma maneira de tentar acompanhar um estilo de vida almejado, tendo assim, o servidor público, a possibilidade de arcar com bens e serviços que antes lhe eram inacessíveis.

Segundo Leão, Ferreira e Martins (2016), o crédito consignado possui um papel fundamental no desequilíbrio das finanças dos servidores públicos, servindo para onerar ainda mais o orçamento desses servidores. Por conta disso, voltamos ao pensamento de que a educação referente a planejamento financeiro é de suma importância, principalmente ao servidor público, que está sujeito a ser o centro dos investimentos das instituições financeiras.

A facilidade de pagamento a longo prazo, por exemplo, de início, além de não assustar o contratante, ainda o incentiva em contrair o empréstimo, visto que o pensamento dele é: “nem vou sentir pagar”; o que nos leva a concluir que, na verdade, tal “facilidade” possui como consequência um grande risco de endividamento futuro. Acrescenta-se a isso, por não se atentarem a imprevistos que podem ocorrer durante o prazo programado para pagamento do crédito contratado acabam por se endividar bruscamente de forma inesperada, visto que, os imprevistos que geralmente acontecem são de resolução inadiável, como, por exemplo, problemas na saúde.

Nesse caso, independente de qual seja a situação vivida pelo servidor público por conta de qualquer imprevisto, caso ele já tenha utilizado toda a sua margem disponível para esse tipo de empréstimo, não será mais possível nova contratação. Sendo assim, o servidor passa a se utilizar de outros meios de contratação de crédito, com juros mais altos e com menores formas de condição de pagamento, o que faz com que o seu endividamento passe a ter um status cada vez mais grave.

Embora estudos, já destacados anteriormente, revelem que existe uma relação entre o endividamento e o baixo nível de escolaridade, não se pode preconizar que servidores com mais altos níveis de escolaridade escapam ao endividamento. O que se percebe é que, mesmo servidores de nível de escolaridade mais alto tem propensão a acumularem dívidas ao ponto de comprometerem quase toda a sua renda.

No Distrito Federal uma professora da Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) é mais uma funcionária que integra o quadro de servidores públicos inadimplentes no Brasil. A referida professora é graduada em matemática e pedagogia e mesmo assim o seu alto nível de escolaridade não foi o suficiente para livrá-la do endividamento que está entre 70% a 75% de sua renda. Na intenção de quitar suas dívidas a professora penhorou suas joias e chegou até perder uma casa que estava financiando e agora por não ter mais crédito recorreu a agiotas (VIANA, 2020, p. 51).

Diante disso, percebe-se que o nível de escolaridade não influencia tanto nessas horas como o nível de educação financeira. Ou seja, apesar de o nível de escolaridade do servidor influenciar no seu endividamento, ele não é o fator chave para determinar se uma pessoa se manterá endividada ou não.

### 3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Lakatos (2013) nos ensina que os métodos de procedimentos constituem as etapas concretas de investigação. Em nosso caso específico, partimos da hipótese de trabalho de que o crescimento do endividamento das famílias no Brasil atingiu seu ápice em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19.

Houve o alerta a respeito dos efeitos negativos que afetam diretamente a qualidade de vida e o equilíbrio e bem-estar financeiro dos colaboradores técnico-administrativos da UnB, principalmente em relação ao agravamento relativo a situações emergenciais de saúde (SOUZA, 2015). Ademais, objetiva-se explicar, mediante estudo científico, o que está acontecendo com as finanças dos servidores públicos federais, em especial dos servidores técnico-administrativos da UnB no período da pandemia. Para tanto, é feita uma pesquisa exploratória, com uma ampla revisão literária para análise econômica e levantamento, coleta e seleção de dados em sites e sistemas oficiais.

#### 3.1 O Objeto de Estudo

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Educação com a missão de produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Criada em 1962, a UnB é hoje uma das principais referências acadêmicas no Brasil e no mundo.

A estrutura da UnB é *multicampi*. Composta atualmente de quatro campi: Darcy Ribeiro, Faculdade da Ceilândia (FCE), Faculdade do Gama (FGA) e a Faculdade de Planaltina (FUP) todos situados no Distrito Federal para promover o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão, conforme Anexo 1.

Segundo o anuário estatístico 2021 da Universidade de Brasília<sup>7</sup>, a população universitária ativa no ano de 2020 compreendeu um universo de mais de 55 mil discentes, 2.607 docentes e 3.205 servidores técnico-administrativos.

---

<sup>7</sup><https://anuario2021.netlify.app/geral.html>

A UnB oferece mais de 140 cursos de graduação e 150 cursos de pós-graduação, sendo 69 doutorados, 91 mestrados e 4 mestrados profissionais<sup>8</sup>.

Diante do abordado, percebe-se que é de suma importância o estudo relativo às finanças desses servidores públicos. Nesse sentido, pergunta-se: As finanças dos servidores técnico-administrativos da UnB revelam um aumento do seu desequilíbrio durante o período de pandemia?

### 3.2. Tipo da pesquisa

Segundo os critérios de Gil (2019), trata-se de uma do tipo exploratória, onde se busca estudar os dados de uma situação específica. A análise empírica deste estudo fundamenta-se pela base de dados oficiais disponibilizados pelo Decanto de Gestão de Pessoas da Universidade de Brasília – DGP por meio da Diretoria de Capacitação, Desenvolvimento e Educação (DCADE) a partir de relatórios extraídos do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE).

O objetivo é analisar a situação das finanças pessoais dos servidores técnico-administrativos da UnB, com base nos empréstimos consignados contraídos e renda percebida. Para tanto, a população desta pesquisa é compreendida por todos os servidores técnico-administrativos ativos e inativos da UnB.

São referências básicas da presente pesquisa, os trabalhos de Souza (2015) e Viana (2020), os quais já iniciaram os estudos a respeito do endividamento ao longo do tempo, estudando assim o período referente aos anos de 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018. Gil (2019) considera uma vantagem a análise de dados documentais devido maior facilidade de acompanhamento de fatos passados. Em continuidade, este projeto apresenta ainda as análises dos anos de 2020 e 2021 (período de pandemia) e o comparativo entre eles.

Para demonstrar as informações obtidas, foram feitas análise com gráficos e tabelas no *Microsoft Excel*, nas quais foram apresentados os números de referência para comparação e conclusão a respeito da influência da pandemia na finança dos servidores técnico-administrativos da UnB.

---

<sup>8</sup><https://anuario2021.netlify.app/geral.html>

A quantidade total de servidores da Fundação Universidade de Brasília (FUB), em dezembro de 2021, era de 5.807, sendo esses servidores Professores da Carreira de Magistério Superior e os Técnico-administrativos em Educação (TAEs). Desse universo, são os servidores TAEs que serão objeto da amostra, alvo deste projeto.<sup>9</sup>

Identificado o montante de servidores técnico-administrativos da UnB, foi feita a classificação e comparação com os anos de 2013, 2014, 2016, 2017 e 2018, a fim de detectar os impactos da pandemia nas finanças destes servidores. Como já apresentado, o público-alvo da pesquisa compreende os servidores técnico-administrativos, os quais, para fim de maior compreensão, serão analisados conforme o gênero, nível de escolaridade, renda, situação atual do vínculo (servidor ativo ou inativo) e quantidade de empréstimos.

Não só para melhor comparação com os estudos de Souza (2015) e Viana (2020), no presente trabalho, serão analisados os dados das folhas de pagamento dos meses de dezembro de cada ano, visto que, num período de 12 meses a comparação desses dados podem apresentar uma maior evolução em relação à percepção da realidade de cada momento vivido. As comparações de bases avaliadas de curto prazo nem sempre conseguem valorizar de forma ideal o que as informações apresentadas em um certo período de tempo significam.

Ademais, destaca-se que o empréstimo consignado é uma operação de crédito de longo prazo, logo a lógica no comparativo da população da amostra de forma anual será melhor aplicada para fins de avaliação e conclusão sobre o tema.

---

9

#### 4. O ENVIDAMENTO DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UnB

##### 4.1. A População do Estudo

A Tabela 5 apresenta a evolução de quadro de pessoal da UnB nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021, exceto 2015 e 2019<sup>10</sup>. Percebe-se que, do ano de 2013 para o ano de 2021, houve um aumento considerável na quantidade de servidores técnico-administrativos da UnB. Nos anos de 2013 e 2014, o número de servidores se manteve estável. Já no ano de 2016 houve um aumento considerável no número de servidores técnico-administrativos passando de 3740 para 4385 um aumento de 14,7% no quadro de pessoal. Nos anos de 2017 e 2018 o aumento na quantidade desses servidores foi menor, enquanto nos anos de 2020 e 2021 houve crescimento na quantidade desses servidores novamente.

**Tabela 5 - Evolução de quadro de pessoal da UnB nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021.**

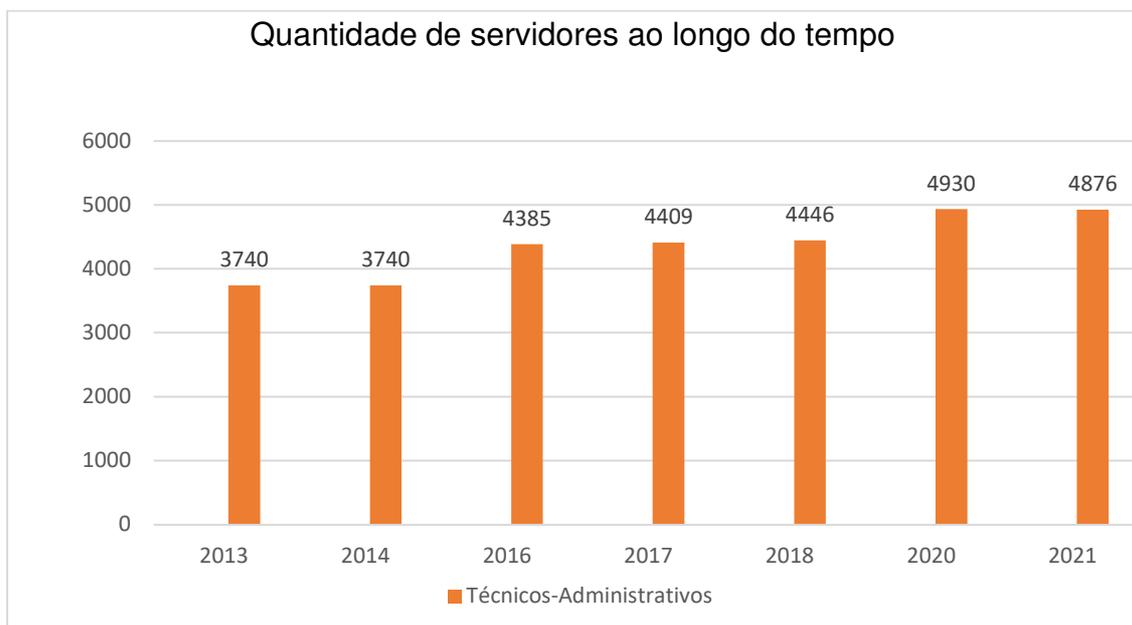
| Ano  | Técnico-Administrativos |
|------|-------------------------|
| 2013 | 3.740                   |
| 2014 | 3.740                   |
| 2016 | 4.385                   |
| 2017 | 4.409                   |
| 2018 | 4.446                   |
| 2020 | 4.930                   |
| 2021 | 4.876                   |

Fonte: Souza (2015), Viana (2020) e SIAPE/DGP/CODE - Elaborada pela pesquisadora.

O gráfico 1 demonstra a evolução da quantidade de servidores técnico-administrativos em educação da UnB entre os anos de 2013 e 2021, são apresentados a quantidade absoluta de servidores técnico-administrativos.

<sup>10</sup> O estudo não contempla os anos de 2015 e 2019 por não ter sido objeto de estudos por Souza (2015) e Viana (2020).

**Gráfico 1** – Evolução da quantidade de servidores técnico-administrativos da UnB (anos de 2013 a 2021)

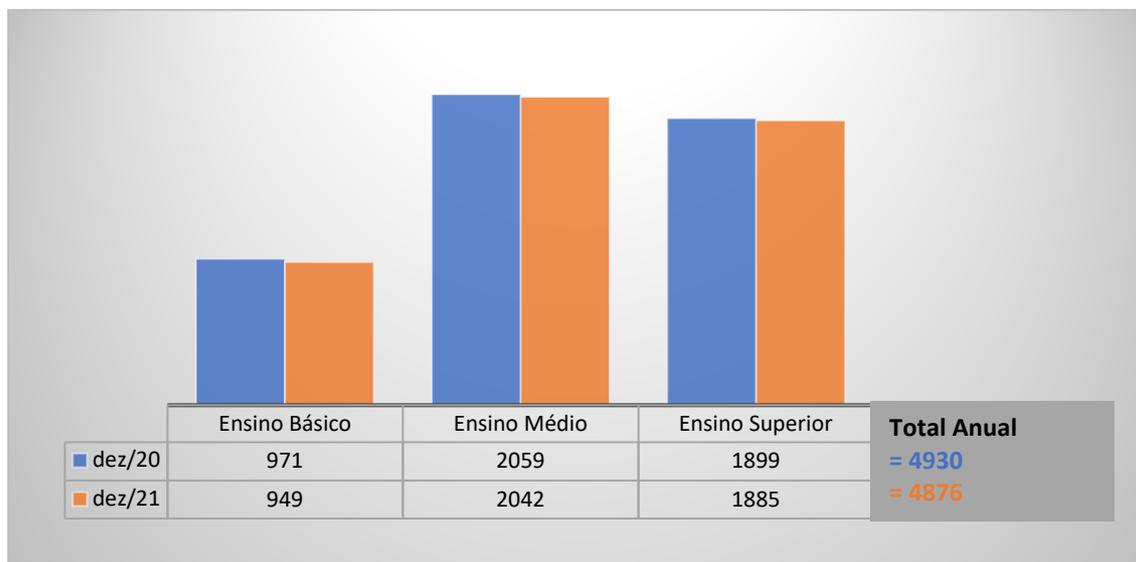


Fonte: Souza (2015) Viana (2020) e SIAPE/DGP/CODE - Elaborado pela pesquisadora

Como é sabido, o provimento dos servidores no quadro de pessoal da Universidade de Brasília depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Uma das condições exigidas é um nível mínimo de escolaridade para o preenchimento das vagas oferecidas. Em observação ao quadro de servidores em termos absolutos, verifica-se uma média de 4.368 servidores no período de nove anos absolutos e sete anos com estudos realizados com essa população.

No gráfico 2 está identificada a quantidade absoluta dos servidores técnico-administrativos em educação da UnB referente ao mês de dezembro dos anos de 2020 e 2021 divididos por nível de escolaridade (ensino básico, médio e superior). A partir do gráfico, verifica-se que a maioria dos servidores técnico-administrativos da UnB (41%) possuem nível médio de escolaridade; 38% desses servidores possuem nível de escolaridade superior, enquanto 19% possuem o nível básico de escolaridade.

**Gráfico 2 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos em educação da UnB, divididos por nível de escolaridade (ensino básico, médio e superior).**



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

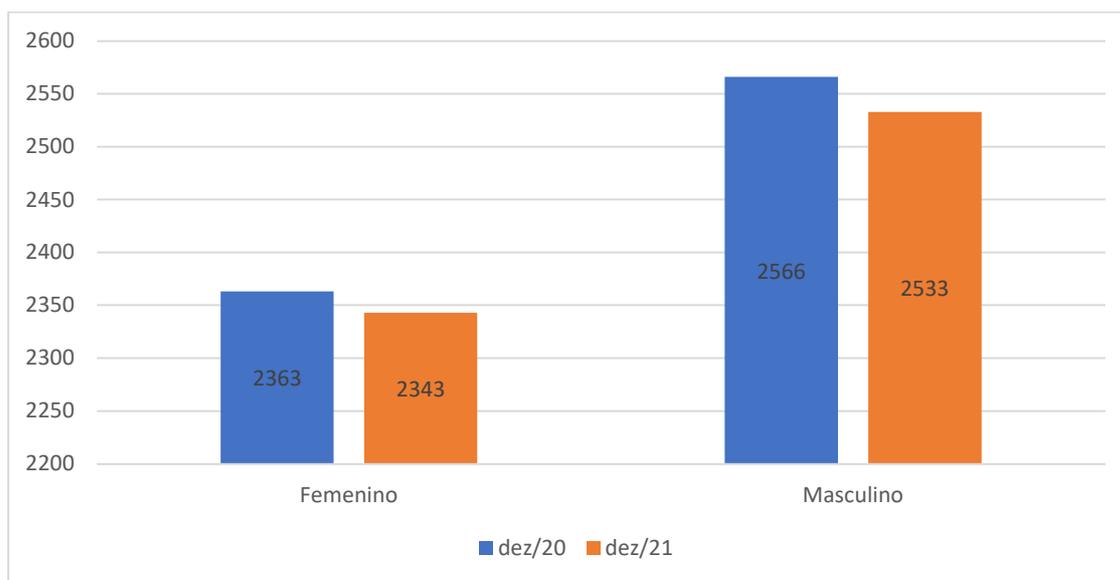
Observação os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de 2020 e 2021.

O que se extrai desses dados é que, apesar de ser a realidade ideal (quanto maior o nível de escolaridade das pessoas, melhor), a quantidade de servidores técnico-administrativos que possuem apenas o nível básico ainda é elevado e o resultado ideal é que esse número seja cada vez menor.

No gráfico 3, a quantidade absoluta e relativa dos servidores técnico-administrativos da UnB analisada é dividida por gênero. São apresentados no gráfico no Gráfico 3 dados da folha de pagamento do mês de dezembro do ano de 2020. A partir do Gráfico 3, verifica-se que a população da amostra em termos de gênero a masculina pouco maior do que feminina. No ano de 2020, os números mostram que havia 60 técnico-administrativos homens a mais do que mulheres, o que representa 1,2% da população amostral total. Em 2021, esse número aumentou de 60 homens a mais do que mulheres para 63, tendo uma queda maior em relação ao número de mulheres (11) do que de homens (8). Assim, diferença na quantidade de servidores técnico-administrativos em relação

ao gênero tem se mantido mínima, o que reforça a inclusão cada vez maior das mulheres no trabalho externo.

**Gráfico 3 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos em educação da UnB, divididos por gênero (feminino e masculino).**



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

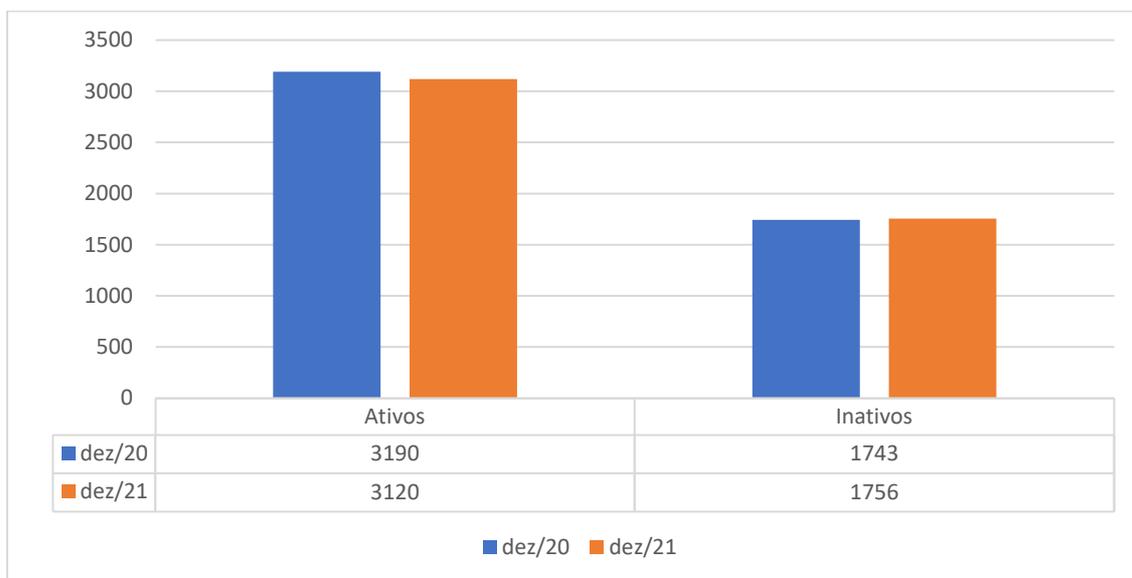
Observação os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de 2020 e 2021.

O Gráfico 4 aborda a quantidade de servidores técnico-administrativos, desta vez, dividida conforme a situação do vínculo (ativos e inativos). Verifica-se que, nos anos de 2020 e 2021, a quantidade de servidores técnico-administrativos ativos e inativos não teve muita alteração. Enquanto houve um pequeno acréscimo na quantidade de servidores inativos, houve um pequeno decréscimo na quantidade de servidores ativos.

Nesse aspecto, acredita-se que a pandemia tenha tido grande reflexo na modificação desses números. Com base no incentivo ao “fique em casa”, muitas das pessoas que faziam trabalho externo, se viram obrigadas a prestar os seus serviços dentro do ambiente doméstico, na modalidade de tele trabalho a fim de evitar a proliferação do vírus COVID-19. Com as dificuldades trazidas a todo sistema econômico mundial, a fim de conseguir atender as demandas trazidas

pela pandemia, a modernização na área da tecnologia da informação se viu forçada a explorar novas ideias, de forma que trouxesse mais comodidade às pessoas.

**Gráfico 4 – Participação Absoluta e Relativa de servidores Técnico-administrativos da UnB, divididos por situação do vínculo (ativo e inativos).**



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

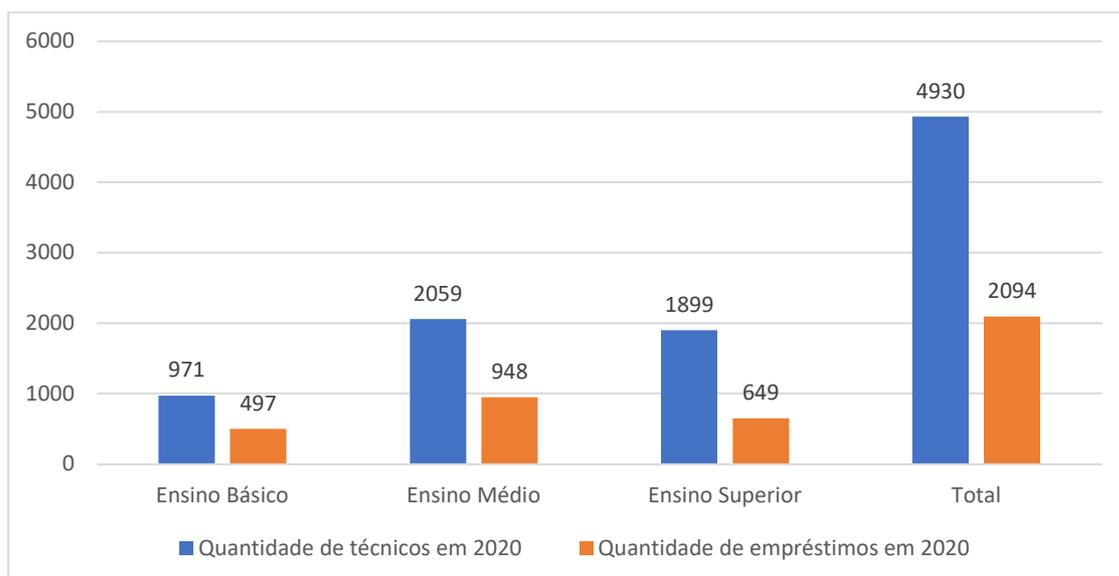
Observação: os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de 2020 e 2021.

Além disso, como percebe-se pelo gráfico acima, houve um aumento de servidores inativos e uma diminuição no número de servidores ativos. Diante disso, conclui-se que muitos se utilizaram do momento de pandemia para se aposentar, tendo assim, mais tempo para cuidar da saúde e aproveitar a família. Além disso, devemos considerar ainda como possível causa da queda no número de servidores técnico-administrativos ativos, as vítimas fatais da pandemia.

Logo abaixo, o Gráfico 5 expõe os números referentes à quantidade de servidores técnico-administrativos da UnB que possuem empréstimos consignados comparada com a quantidade total de servidores técnico-administrativos em educação nos anos de 2020 e 2021. Pode-se perceber que, do número total de servidores técnico-administrativos que possuem o nível básico de educação no ano de 2020 (971), mais da metade

(51%) possuem empréstimo consignado, o que é um número bastante expressivo. No ano de 2021, o número total de servidores técnico-administrativos de nível básico diminuiu, ao mesmo tempo que o número de servidores da mesma classe com empréstimos consignados aumentou. Infere-se a partir disso, que houve influência da pandemia para o aumento de contratação de crédito das famílias. Ressalta-se aqui que os servidores de nível básico são os mais atingidos por este tipo de evento (pandemia), não somente pelo menor nível de conhecimento sobre finanças, mas também pela faixa salarial que tende a ser inferior às das demais classes.

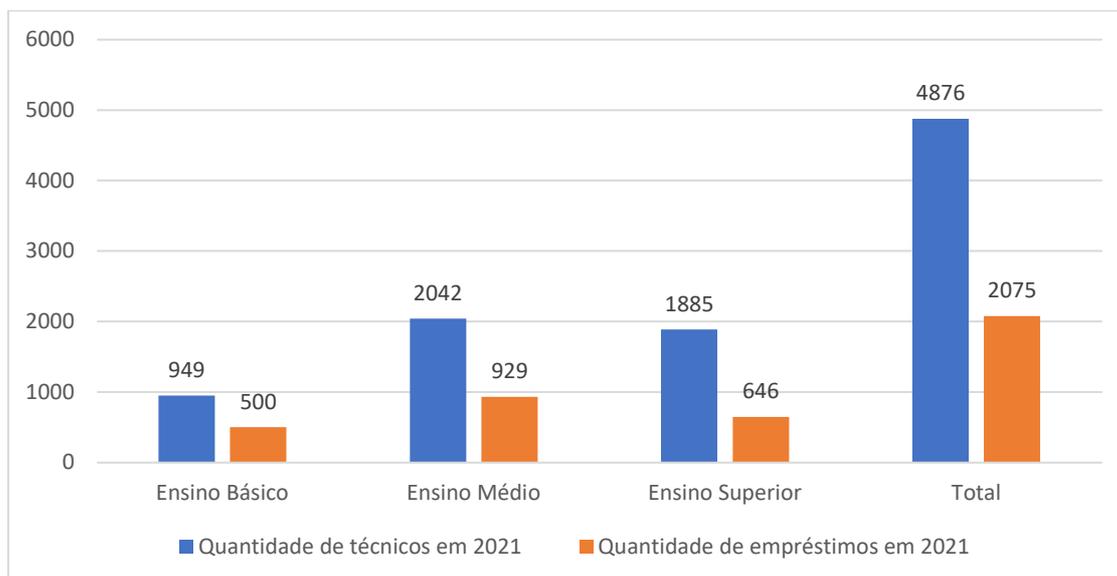
### Gráfico 5 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados (2020)



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

Observação: os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de 2020 e 2021

**Gráfico 6 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados (2021).**



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

Quanto aos servidores técnico-administrativos de nível médio com empréstimos em comparação com a quantidade total de servidores da mesma classe, verificamos um percentual de 46%, no ano de 2020. Apesar de o percentual de endividamento de servidores técnico-administrativos de nível médio ser menor do que os de nível básico, o número de pessoas nesta condição ainda é muito alto. No ano de 2021, houve uma queda tanto no número total de servidores técnico-administrativos de nível médio (0,8%), quanto no número dos servidores da mesma classe com empréstimos consignados (2%).

A mesma análise foi feita com os números de servidores técnico-administrativos de nível superior. No ano de 2020, o número de servidores técnico-administrativos de nível superior endividados (34%) era bem menor em relação ao número total de servidores da mesma classe, comparado aos demais no grupo avaliado. No ano de 2021, levando em consideração a população da mesma classe (nível superior), o número total de servidores diminuiu, bem como a quantidade de servidores endividados, representando praticamente o mesmo percentual de servidores com empréstimo consignado, apesar de o percentual de endividamento ser ainda considerado alto.

#### **4.2. Mapa do endividamento do servidor da UnB**

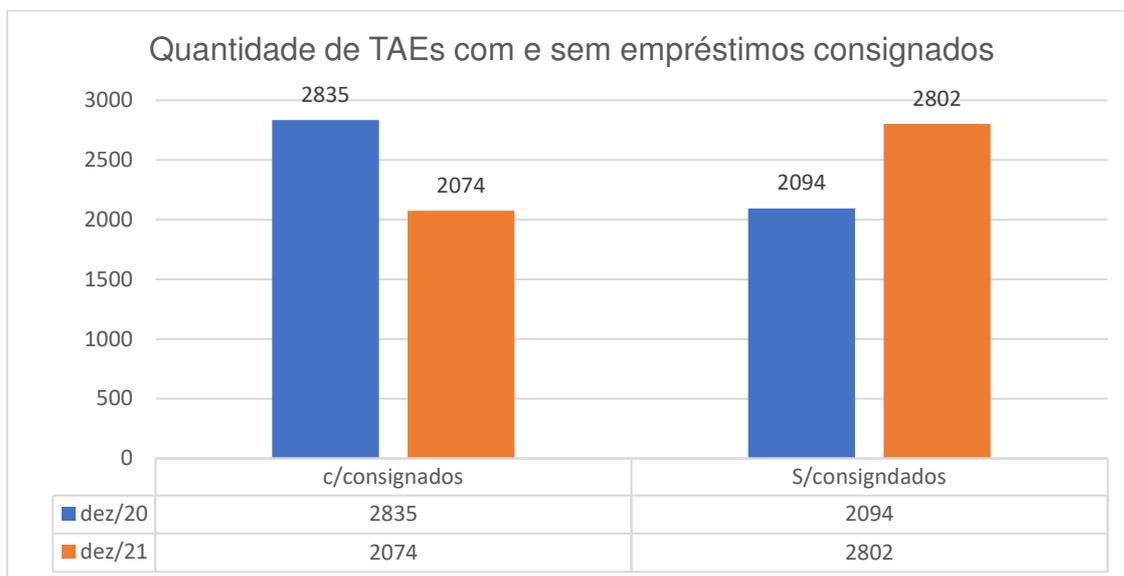
Como já referido, o detalhamento/aprofundamento dos dados referentes às finanças dos servidores técnico-administrativos em educação da UnB se limitou aos meses de dezembro dos anos de 2020 e 2021. O recorte do período analisado (pandemia) se justifica principalmente por dizer respeito a grandes restrições, principalmente no âmbito financeiro. Medidas de várias naturezas foram tomadas pelo governo a fim de proteger a população contra o Corona Vírus, o que influenciou diretamente na vida pessoal e profissional dos servidores analisados e conseqüentemente na sua organização financeira.

Utilizando-se dos Relatórios de Empréstimos Consignados nas folhas de pagamento dos servidores técnico-administrativos da UnB, é possível identificar a influência da pandemia nas finanças pessoais. Os resultados apresentados no tópico anterior servem de base de comparação para com os resultados dos anos anteriormente avaliados.

O Gráfico 7 apresenta, de forma geral, a quantidade total de servidores técnico-administrativos da UnB (de todas as classes, gêneros e situação de vínculo com a universidade) que não possuem empréstimos consignados em comparação à quantidade de servidores técnico-administrativos em educação que possuíam empréstimos consignados nos anos de 2020 e 2021.

Em complementação aos dados analisados anteriormente, com base nos gráficos 5 e 6, o Gráfico 8 apresenta a quantidade total de servidores técnico-administrativos da UnB em comparação com a quantidade de servidores técnico-administrativos que possuem empréstimos consignados nos anos de 2013 a 2021, exceto os anos de 2015 e 2019. Além da visualização do crescimento do número de servidores técnico-administrativos da UnB, que já foi abordado na Tabela 5 e Gráfico 1, percebe-se que, a partir do ano de 2014, a quantidade de servidores técnico-administrativos com empréstimos consignados tem tido uma sutil tendência decrescente.

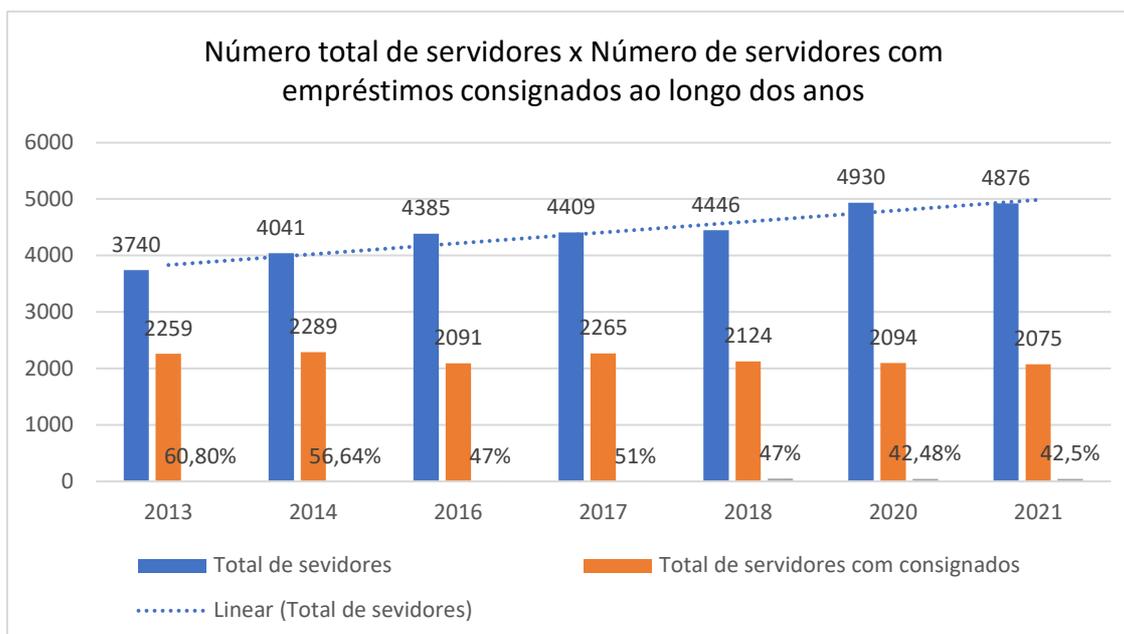
**Gráfico 7 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos da UnB com e sem empréstimos consignados.**



Fonte: SIAPE/DGP/CODE Elaborado pela pesquisadora

Observação: os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de 2020 e 2021.

**Gráfico 8 – Participação Absoluta e Relativa de Servidores Técnico-administrativos da UnB com empréstimos consignados em comparação com a quantidade total de servidores.**

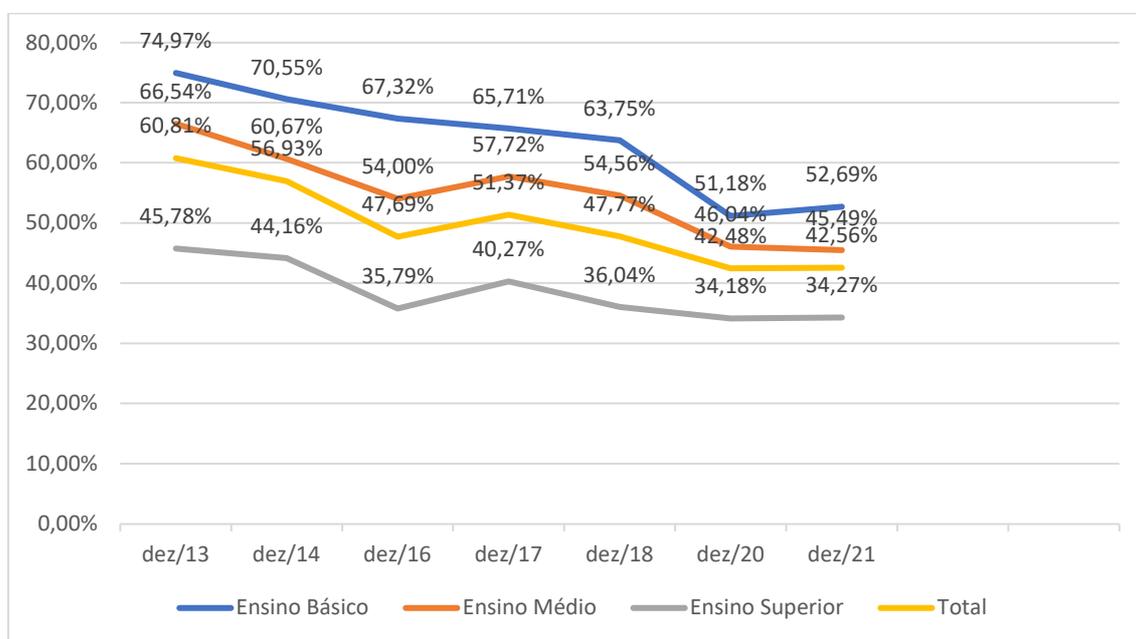


Fonte: Souza (2015), (Viana 2020) e SIAPE/DGP/CODE - Elaborado pela pesquisadora.

Os dados são referentes a folha de pagamento de dezembro de anos de 2013 a 2021. Destaca-se que o presente trabalho é uma continuação dos trabalhos de Souza (2015) e Viana (2020), e não abrange na amostra dados de 2015 e 2019.

O Gráfico 9 também apresenta esta evolução, porém comparando os servidores técnico-administrativos da UnB conforme a classe (nível básico, médio e superior).

**Gráfico 9 – Quantidade de servidores técnico-administrativos da UnB ao longo dos anos divididos por nível de escolaridade (nível básico, médio e superior).**



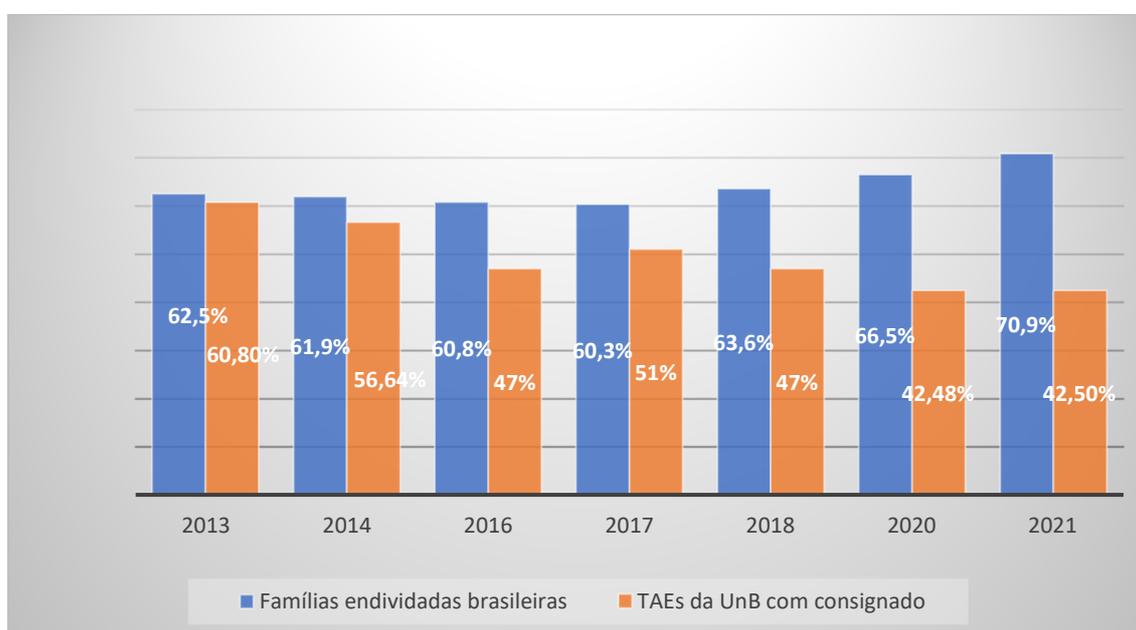
Fonte: Souza (2015), (Viana 2020) e SIAPE/DGP/CODE - Elaborado pela pesquisadora.

Observação: folha de pagamento dos anos 2013 a 2021, exceto os anos de 2015 e 2019

Por fim, é relevante apresentar a comparação do endividamento dos servidores técnico-administrativos da UnB com o restante da população brasileira. Ressalta-se aqui, que estão sendo comparadas pessoas com realidades diferentes. Gráfico 9 mostra os números referentes à contratação de crédito nos anos de 2013 a 2021 dos servidores técnico-administrativos da UnB em comparação com a população brasileira. Fazendo um comparativo entre as famílias brasileiras e os servidores técnico-administrativo da UnB é percebida

uma realidade diversa, ou seja, enquanto a quantidade de famílias brasileiras endividadas aumenta, a quantidade de servidores técnico-administrativos com empréstimos diminui. Os dados da PEIC mostram que, ao longo dos anos estudados (2013 a 2021), a maioria das famílias brasileiras se encontram endividadas, tendo o seu maior índice em 2021, com mais de 70% das famílias brasileiras endividadas; um crescimento de 8,4% em comparação com o ao de 2013.

**Gráfico 10: Comparação absoluta entre o endividamento das famílias brasileiras e dos servidores técnico-administrativos da UnB.**



Fonte: PEIC/CNC, Souza e SIAPE/DGP/CODE - Elaborado pela pesquisadora

No período dos anos de 2013 a 2021, percebeu-se uma queda na quantidade servidores técnico-administrativos da UnB com empréstimos contratados. Não obstante, o alto índice de endividamento do servidor é significativo.

Conforme interpretação do gráfico acima, tem-se uma preocupação ainda maior com a condição das famílias brasileiras, principalmente após o início da pandemia causada pelo COVID-19. Como se pode perceber pelas informações trazidas pelo Gráfico 10, desde 2013, o número de famílias endividadas no Brasil é alarmante, com mais de 2/3 da população brasileira endividada.

#### 4.5 Resumo dos principais resultados

Considerando os dados trabalhados, foi identificado um aumento escalar na quantidade de servidores técnico-administrativo no quadro de pessoal da instituição, com exceção do ano de 2021, que teve um decréscimo inexpressivo, porém importante, (por ser um reflexo da pandemia) em relação ao ano de 2020. No ano de 2021, a quantidade de servidores (3.740) representava 23% a mais do que em 2013 (4.876).

Em relação ao nível de escolaridade, percebeu-se maior quantidade de servidores técnico-administrativos de nível médio (41%), seguido pela quantidade de servidores de nível superior (38%); 19% da força de trabalho possui nível básico. Em avaliação da quantidade de servidores técnico-administrativo por classe, foi identificado que, quanto menor o nível de escolaridade, maior o percentual de servidores endividados.

Em análise a essas quantidades, verificou-se que o número percentual de servidores técnico-administrativo endividados de nível básico é de 51%, de nível médio é de 46% e de nível superior é de 34%. Diante disso, conclui-se que o nível de escolaridade é certamente uma característica de peso para se considerar quando se fala em endividamento. Além disso, insta ressaltar que, em comparação aos anos de 2020 e 2021, houve uma diminuição na quantidade de servidores endividados de nível médio e superior (-19 em cada classe), enquanto houve um aumento na quantidade de servidores de nível básico endividados (+3).

Em relação ao gênero (masculino e feminino), não se percebe uma diferença percentual expressiva, visto que a diferença entre um e outro é de apenas 1,2%. Isso sugere que a quantidade de mulheres em trabalho externo tem aumentado ao longo do tempo.

Quanto à quantidade de servidores técnico-administrativos em relação à situação do vínculo, percebe-se que houve um aumento na quantidade de servidores inativos e uma diminuição na quantidade de servidores ativos. A diminuição foi sutil, porém reflete as consequências da pandemia, tanto em relação às aposentadorias e afastamento daqueles que se encaixam como grupo de risco, como por conta das vítimas fatais da pandemia.

A quantidade de servidores técnico-administrativos com empréstimos consignados diminuiu do ano de 2020 para 2021, porém, o alto grau de endividamento dos servidores da instituição é alarmante, representando um percentual próximo de 50%. Em relação às demais famílias brasileiras, a preocupação ainda é maior, visto que o endividamento dessas famílias aumentou, chegando a mais 70% no ano de 2021; ou seja, o percentual de endividamento das famílias brasileiras é de quase 30% a mais do que o percentual de endividamento dos servidores técnico-administrativos da UnB. Em relação ao ano de 2013, as famílias brasileiras endividadas aumentaram em quase 10%.

#### 4.6 Pior ou Melhor: o endividamento ao longo do tempo

Diante de todas as análises apresentadas acima, percebe-se, em suma, que o nível de endividamento ainda é alto muito distante do cenário econômico ideal. Foi possível verificar ao longo do estudo, que a tendência do número de servidores com empréstimos consignados no avançar dos anos é de queda. Enquanto a quantidade total de servidores tem aumentado ao longo dos anos analisados, a quantidade desses servidores com empréstimos consignados tem caído.

Do ano de 2013 para o ano de 2021, verificou-se um aumento na quantidade de servidores técnico-administrativos no quadro de pessoal da UnB. Da mesma forma, em relação à quantidade de servidores com empréstimos consignados, no mesmo período de tempo, identificou-se uma queda de quase 20%.

Porém, apesar do decréscimo na quantidade de empréstimos consignados contratados pelos servidores, o endividamento populacional dos servidores técnico-administrativos da UnB ainda é alto, próximo a 50%, estando, desta forma, longe do cenário ideal, que é menor quantidade possível de servidores com empréstimos consignados.

## CONCLUSÃO

O objetivo central desta dissertação foi analisar os desequilíbrios nas finanças dos servidores técnico-administrativos da UnB no período da pandemia. Foi observado que nos anos de 2020 e 2021 mais de 40% dos servidores tinham dívidas do tipo empréstimo consignado. O endividamento dos servidores técnico-administrativos da UNB teve um leve decréscimo quando comparado com os anos anteriores, a contar de 2013. Com base nos estudos de Souza (2015) e Viana (2020), a presente pesquisa analisou os dados do endividamento desses servidores, nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020, 2021 - lembrando que, os anos de 2015 e 2019 não foram analisados.

Os resultados demonstraram que a facilidade de contratação de empréstimos e liberação de crédito é um dos fatores que têm direcionado os servidores técnico-administrativos da UnB ao endividamento. Além disso, a falta de educação financeira dessas pessoas faz com que elas não se atentem de que a contratação de crédito, por mais que ampliem um poder de compra atual, restringem parte desse poder de compra no futuro.

São muitos, mais de 40% dos servidores que contratam crédito consignado na Instituição Educacional avaliada. Lembra-se que o servidor público é alvo atraente das Instituições Financeiras - principalmente por conta da sua renda fixa e estabilidade - e por conta disso, são mais atingidos pelo *marketing* bancário, o qual influencia esse servidor a procurar um padrão de bem-estar superior ao atual.

Em análise aos dados dos anos de 2013 e 2014, percebe-se que houve a concessão de empréstimos para mais da metade de servidores. Além disso, ressalta-se que o crescimento desses números foi maior, em proporção, do que o aumento do número de servidores, no mesmo período.

Confirma-se ainda, que o nível de escolaridade do tomador de empréstimos é sim uma variável relevante para a pesquisa: repara-se que, quanto menor o nível de escolaridade, maior a demanda por empréstimos; bem como quanto maior o nível de escolaridade, menor a demanda por empréstimos.

Percebe-se também, um aumento do valor contratado de empréstimos consignados pelos servidores técnico-administrativos da FUB nos anos de 2016

a 2018; porém, importante é ressaltar que a média dos vencimentos desses servidores aumentaram em mais de 100% do ano de 2013 para o ano de 2018.

A pandemia decorrente do Corona Vírus (COVID-19), claramente afetou o cenário mundial em várias áreas, inclusive na área econômica. Muitas empresas fecharam, muitas pessoas perderam seus empregos, além de várias outras formas de prestação de serviço terem sido limitadas por conta do distanciamento social.

Apesar de o período de pandemia ter tido uma forte influência sobre o âmbito econômico, percebe-se uma leve queda nos percentuais de servidores técnico-administrativos que possuem dívidas em aberto. Não se descarta, porém, que é preocupante o índice de endividamento do servidor, visto que, o número de servidores ainda endividados ainda é alto, superando 42,5%.

### **Expectativas para pesquisas/estudos futuros**

Para trabalhos futuros, sugere-se pesquisas mais amplas levando em conta as duas categorias de servidores, ou seja, os Professores da Carreira de Magistério Superior e os Técnico-administrativos em Educação da Universidade. Sugere-se, ainda verificar a possibilidade de criação e implementação de projeto de extensão voltado para a comunidade interna da Universidade. Recomenda ao Decanato de Gestão de Pessoas da UnB a criação de parcerias com outros órgãos e ou entidades promotoras de ações que visam a educação financeira e bem-estar dos servidores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Notlin de Araujo. **Endividamento e sobre endividamento do servidor público do Poder Executivo do estado do Ceará**. Dissertação Mestrado Profissional em Economia do Setor Público. Universidade do Ceará, Fortaleza, 2012.

BRASIL (2020) Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL, Banco Central do. **É possível sair do superendividamento**. Departamento de Educação Financeira. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder\\_serie\\_II\\_%E9\\_possivel\\_sair\\_do\\_super\\_endividamento.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_II_%E9_possivel_sair_do_super_endividamento.pdf) - Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

BRASIL, Banco Central do. **Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf) - Acessado em: 03 de agosto de 2022.

BRASIL, Banco Central do. **Relatório de Cidadania Financeira 2021**. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio\\_de\\_Cidadania\\_Financeira\\_2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf) - Acessado em: 03 de agosto de 2022.

BRASIL, Banco Central do. **Taxas de Juros - Informações Gerais**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros> - Acessado em: 09 de outubro de 2022.

BRASIL, Banco Central do. **Pessoa Física – Crédito Pessoal Consignado Público**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:220;encargo:101> – Acessado em: 09 de outubro de 2022.

BRASIL, Banco Central do. **Pessoa Física – Crédito Pessoal não Consignado**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:221;encargo:101> – Acessado em 09 de outubro de 2022.

BASTOS, H. Covid 19: **O efeito econômico da pandemia de Covid-19 no Estado do Pará**. 2021. 67 fls. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília (UnB). Brasília/DF, 2021.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <http://maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html> - Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

CLAUDINO, L.P.; NUNES, M. B.; SILVA, F.C. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. 2009, São Paulo, In: XII SEMEAD: Seminários em Administração, Anais [...]. São Paulo: FEA-USP, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf> Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor Peic anual 2020**. Disponível em: <http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/peic-anual-perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2020>. Acesso em: 02 set.2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor Peic anual 2021**. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-anual-e-dezembro-de-2021/410541>. Acesso em: 09 fev.2022.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. **Financial education and asset allocation**. Financial Services Review, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

EID JÚNIOR, Willian; GARCIA, Fábio Gallo. **Como fazer o orçamento familiar**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

**Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional** – Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> - Acessado em 09 de fevereiro de 2021.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREITAS, M. C. P. de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito.** Estud. av., São Paulo, v. 23, n. 66, 2009.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes, CORONEL, Daniel Arruda. **Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento.** Revista Adm. FACES, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/faceps/article/view/808>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

GALEANO, E. V.; FEIJÓ, C. **Crédito e crescimento econômico: uma exploração regional para a economia brasileira nos anos 2000.** Universidade Federal Fluminense, 2010. (Texto para Discussão n. 268). Disponível em: [http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD268.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD268.pdf) Acessado em: 27 de fevereiro de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 7. ed. São Paulo: Atlas Ltda., 2019.

LEÃO, Ana. Paula Camboim.; FERNANDES, Raquel de Aragão Uchoa. MARTINS, Marcelo Machado. **Empréstimos consignados e endividamento 117 familiar: estudo junto a servidore(a)s público(a)s federais em Pernambuco.** Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 27, n.2, p. 152-174, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3747>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

LOUREIRO, Ricardo. **O fantasma do crescimento endividamento do consumidor.** press.experian.com, experian2014.all.rights reserved. São Paulo, 2014.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais.** CFA. – Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015.

MEDEIROS, Angélica Pott de. OLIVEIRA, Giulia Xisto de. FILHO, Reisoli Bender. **Crédito consignado: Segmentos e efeitos econômicos.** Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race> RACE, Joaçaba, v. 17, n. 2, p. 783-810, maio/ago. 2018 – Acessado em: 27 de fevereiro de 2022.

MORA, M. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, 2015. (Texto para discussão n. 2022).

No auge da pandemia, endividamento encerra trimestre em alta, <http://stage.cnc.org.br/editorias/economia/noticias/no-auge-da-pandemia-endividamento-encerra-trimestre-em-alta>. Acesso em: 2 set. 2021.

PORTO, E. A. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

RIBEIRO, Lair. **Prosperidade**. São Paulo: Moderna. 1999.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. DE A.; **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 46, p. 41- 1121, Nov./Dez., 2007.

SCHUH, A. B.; CORONEL, D. A.; BENDER FILHO, R. **Evolução do crédito consignado e sua relação com a atividade econômica agregada (2004-2014)**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, GESTÃO DE OPERAÇÕES EM SERVIÇOS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS, 23., 2016, Bauru. Anais... Bauru, 2016.

SLYWOTZKY, Adrian. **A arte da rentabilidade**. HSM Management, 34, setembro-outubro 2002, pg.19/26, artigo.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação da UnB**. Orientador: Jorge Madeira Nogueira. 2015. 87 f. Dissertação (mestrado em economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, 2015.

SOUZA, A. F.; TORRALVO, C. F. **A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal**, São Paulo, 2011.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **Crédito Consignado e Endividamento dos Servidores Técnico-Administrativos: Uma Análise Econômica da Situação da Universidade De Brasília**. Orientador: Jorge Madeira Nogueira. 2020. 134 f. Dissertação (mestrado em economia). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, 2020.

## ANEXOS

### Anexo 1

#### Características Gerais da Organização

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) é uma fundação pública federal instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, tendo por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília (UnB), instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural (Anuário Estatístico, Universidade de Brasília, 2020).

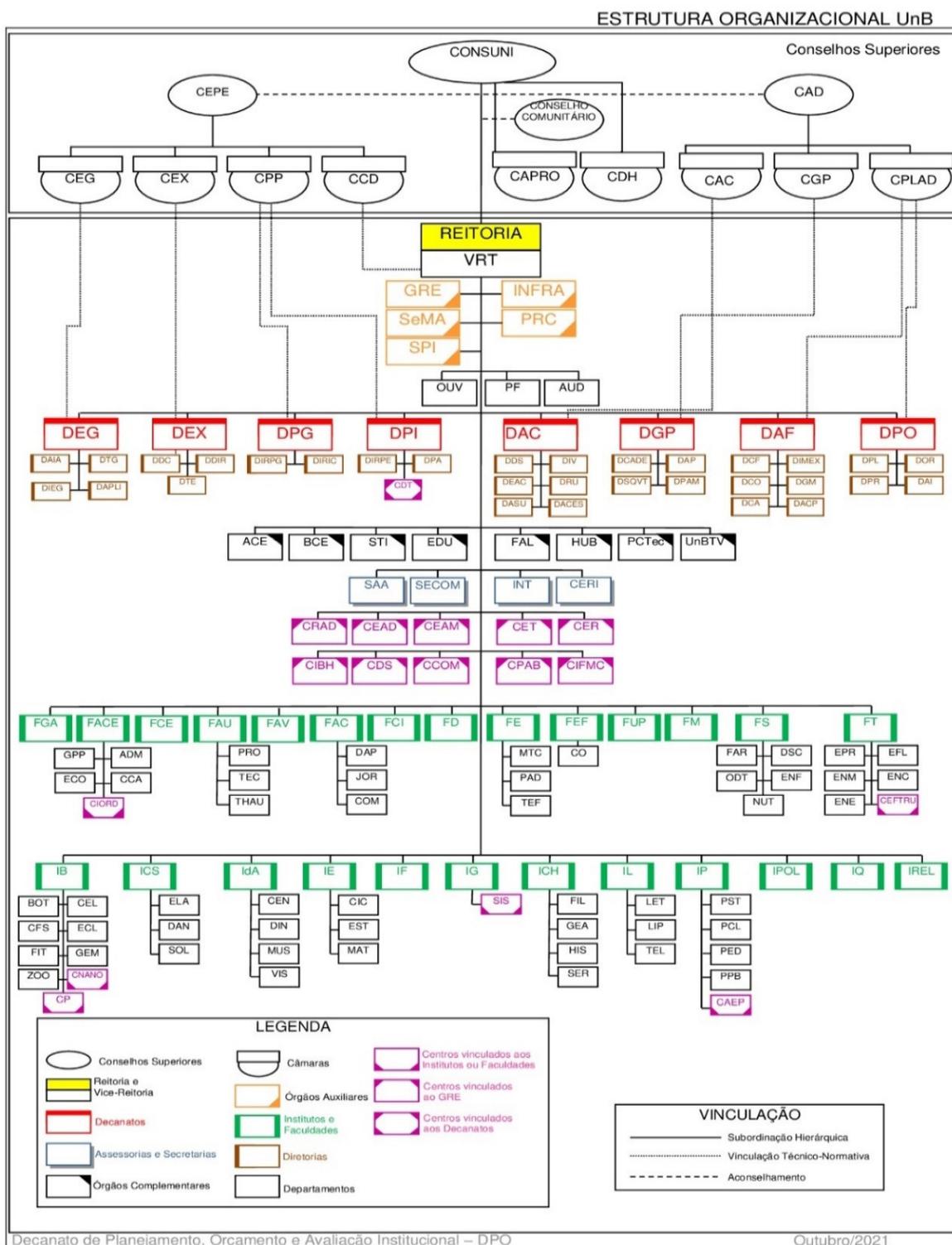
A Universidade de Brasília é *multicampi*, organizada atualmente em quatro *campi*: Darcy Ribeiro, Faculdade da Ceilândia (FCE), Faculdade do Gama (FGA) e Faculdade da Planaltina (FUP) todos situados no Distrito Federal para promover o ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

A estrutura administrativa é dividida em unidades acadêmicas, centros de custos, conselhos superiores e órgãos complementares. O quadro de pessoal funcional efetivo contempla servidores públicos da carreira de Professor de Magistério Superior e da carreira de Técnico-administrativos em Educação (TAEs). A estrutura hierárquica da UnB é apresentada na figura a seguir constante do Anuário Estatístico 2020<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup><https://anuario-estatistico-unb-2020.netlify.app/index.html#organograma>

Figura 1: Estrutura Organizacional da UnB



## Anexo 2

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 19/09/2022 a 23/09/2022

Modalidade: Pessoa física - Crédito pessoal consignado público

Tipo de encargo: Pré-fixado

Tabela A1: Crédito pessoal consignado público

| Posição | Instituição                    | Taxas de juros |        |
|---------|--------------------------------|----------------|--------|
|         |                                | % a.m.         | % a.a. |
| 1       | BCO CCB BRASIL S.A.            | 1,32           | 17,02  |
| 2       | BANCO INTER                    | 1,37           | 17,74  |
| 3       | BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.   | 1,43           | 18,54  |
| 4       | BRB - CFI S/A                  | 1,48           | 19,27  |
| 5       | BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. | 1,49           | 19,37  |
| 6       | CAIXA ECONOMICA FEDERAL        | 1,49           | 19,43  |
| 7       | BCO DO EST. DO PA S.A.         | 1,51           | 19,73  |
| 8       | BANCO INBURSA                  | 1,54           | 20,08  |
| 9       | BCO BANESTES S.A.              | 1,56           | 20,41  |
| 10      | ITAÚ UNIBANCO S.A.             | 1,64           | 21,61  |
| 11      | BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.    | 1,65           | 21,75  |
| 12      | BCO ALFA S.A.                  | 1,66           | 21,77  |
| 13      | FINANC ALFA S.A. CFI           | 1,66           | 21,78  |
| 14      | BANCO SICOOB S.A.              | 1,66           | 21,80  |
| 15      | BCO BRADESCO FINANC. S.A.      | 1,72           | 22,65  |
| 16      | BCO DO BRASIL S.A.             | 1,73           | 22,78  |
| 17      | BCO BRADESCO S.A.              | 1,73           | 22,85  |
| 18      | BCO SENFF S.A.                 | 1,75           | 23,07  |
| 19      | BCO SAFRA S.A.                 | 1,77           | 23,45  |
| 20      | BANCO BARI S.A.                | 1,85           | 24,55  |
| 21      | PARANA BCO S.A.                | 1,87           | 24,95  |
| 22      | SANTINVEST S.A. - CFI          | 1,88           | 25,10  |
| 23      | BRK S.A. CFI                   | 1,93           | 25,71  |
| 24      | BCO C6 CONSIG                  | 1,93           | 25,79  |
| 25      | LECCA CFI S.A.                 | 1,97           | 26,37  |
| 26      | BANCO PAN                      | 1,98           | 26,45  |
| 27      | BCO BMG S.A.                   | 1,98           | 26,49  |
| 28      | BCO DAYCOVAL S.A               | 1,98           | 26,50  |
| 29      | BCO DO ESTADO DO RS S.A.       | 1,98           | 26,57  |
| 30      | BCO CREFISA S.A.               | 1,99           | 26,68  |
| 31      | BCO DO EST. DE SE S.A.         | 2,01           | 26,95  |
| 32      | BANCOSEGURO S.A.               | 2,07           | 27,86  |
| 33      | BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.     | 2,12           | 28,59  |

|    |                               |      |       |
|----|-------------------------------|------|-------|
| 34 | BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. | 2,28 | 31,12 |
| 35 | FACTA S.A. CFI                | 2,49 | 34,34 |
| 36 | BANCO MASTER                  | 3,13 | 44,73 |
| 37 | SOCINAL S.A. CFI              | 3,52 | 51,5  |
| 38 | PORTOCRED S.A. - CFI          | 4,5  | 69,62 |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)<sup>12</sup>

### Anexo 3

**Classificadas por ordem crescente de taxa**

Período: **19/09/2022 a 23/09/2022**

Modalidade: **Pessoa física - Crédito pessoal não consignado**

Tipo de encargo: **Pré-fixado**

Tabela A2: Crédito pessoal não consignado

| Posição | Instituição                   | Taxas de juros |        |
|---------|-------------------------------|----------------|--------|
|         |                               | % a.m.         | % a.a. |
| 1       | BANCO BRADESCARD              | 0,71           | 8,89   |
| 2       | BCO ANDBANK S.A.              | 1,06           | 13,43  |
| 3       | BANCO BTG PACTUAL S.A.        | 1,46           | 19,00  |
| 4       | FINANC ALFA S.A. CFI          | 1,51           | 19,71  |
| 5       | BCO SOFISA S.A.               | 1,52           | 19,90  |
| 6       | PLANTAE CFI                   | 1,69           | 22,29  |
| 7       | BCO MODAL S.A.                | 1,71           | 22,55  |
| 8       | BCO PINE S.A.                 | 1,75           | 23,09  |
| 9       | TENTOS S.A. CFI               | 1,86           | 24,74  |
| 10      | BANCO INBURSA                 | 1,89           | 25,16  |
| 11      | BCO. J.SAFRA S.A.             | 1,90           | 25,31  |
| 12      | BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A.    | 1,98           | 26,58  |
| 13      | BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. | 2,03           | 27,22  |
| 14      | BRB - CFI S/A                 | 2,04           | 27,47  |
| 15      | BCO C6 CONSIG                 | 2,07           | 27,82  |
| 16      | BCO RODOBENS S.A.             | 2,23           | 30,29  |
| 17      | BANCO DIGIO                   | 2,27           | 30,96  |
| 18      | BCO SAFRA S.A.                | 2,29           | 31,14  |
| 19      | BCO GUANABARA S.A.            | 2,30           | 31,42  |
| 20      | CAIXA ECONOMICA FEDERAL       | 2,30           | 31,44  |
| 21      | AL5 S.A. CFI                  | 2,73           | 38,12  |
| 22      | BCO VOTORANTIM S.A.           | 2,82           | 39,55  |

<sup>12</sup><https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?parametros=tipopessoa:1;modalidade:220;encargo:101>

|    |                                |       |        |
|----|--------------------------------|-------|--------|
| 23 | BCO DA AMAZONIA S.A.           | 2,89  | 40,78  |
| 24 | SINOSSERRA S/A - SCFI          | 2,91  | 41,07  |
| 25 | BCO RENDIMENTO S.A.            | 2,94  | 41,63  |
| 26 | BANCO PAN                      | 3,12  | 44,62  |
| 27 | BCO DO EST. DE SE S.A.         | 3,14  | 44,99  |
| 28 | DUFRIO CFI S.A.                | 3,37  | 48,90  |
| 29 | BCO DIGIMAI S.A.               | 3,38  | 48,93  |
| 30 | CREDITÁ S.A. CFI               | 3,51  | 51,33  |
| 31 | OMNI SA CFI                    | 3,56  | 52,11  |
| 32 | PORTOSEG S.A. CFI              | 3,72  | 54,99  |
| 33 | BCO C6 S.A.                    | 3,75  | 55,48  |
| 34 | BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. | 3,93  | 58,84  |
| 35 | BCO BANESTES S.A.              | 3,95  | 59,22  |
| 36 | AYMORE CFI S.A.                | 4,02  | 60,48  |
| 37 | BCO DO ESTADO DO RS S.A.       | 4,12  | 62,34  |
| 38 | BANCO ORIGINAL                 | 4,13  | 62,52  |
| 39 | ITAÚ UNIBANCO S.A.             | 4,17  | 63,34  |
| 40 | BCO DO BRASIL S.A.             | 4,26  | 64,92  |
| 41 | BCO XP S.A.                    | 4,29  | 65,57  |
| 42 | PARATI - CFI S.A.              | 4,42  | 67,97  |
| 43 | BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.    | 4,74  | 74,25  |
| 44 | BCO DO EST. DO PA S.A.         | 4,90  | 77,50  |
| 45 | BANCO BARI S.A.                | 5,20  | 83,66  |
| 46 | FACTA S.A. CFI                 | 5,21  | 83,86  |
| 47 | NU FINANCEIRA S.A. CFI         | 5,52  | 90,50  |
| 48 | BCO BRADESCO S.A.              | 5,75  | 95,49  |
| 49 | BCO LOSANGO S.A.               | 6,20  | 105,89 |
| 50 | FINAMAX S.A. CFI               | 6,61  | 115,61 |
| 51 | PINTOS S.A. CFI                | 7,10  | 127,79 |
| 52 | FC FINANCEIRA S.A. - CFI       | 7,46  | 137,06 |
| 53 | BCO AGIBANK S.A.               | 8,33  | 161,1  |
| 54 | OMNI BANCO S.A.                | 8,38  | 162,54 |
| 55 | BCO SOROCRED S.A. - BM         | 8,47  | 165,17 |
| 56 | KREDILIG S.A. - CFI            | 8,71  | 172,4  |
| 57 | MERCADO CRÉDITO SCFI S.A.      | 8,73  | 173,05 |
| 58 | PORTOCRED S.A. - CFI           | 8,73  | 173,07 |
| 59 | HS FINANCEIRA                  | 9,06  | 183,06 |
| 60 | GAZINCRED S.A. SCFI            | 9,52  | 197,7  |
| 61 | GRAZZIOTIN FINANCEIRA S/A      | 9,86  | 208,97 |
| 62 | BECKER FINANCEIRA SA - CFI     | 10,1  | 217,19 |
| 63 | LECCA CFI S.A.                 | 10,16 | 219,32 |
| 64 | BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.   | 10,5  | 231,25 |
| 65 | BCO DAYCOVAL S.A               | 10,53 | 232,58 |
| 66 | CREDIARE CFI S.A.              | 10,55 | 233,08 |

|    |                                   |       |        |
|----|-----------------------------------|-------|--------|
| 67 | BCO BMG S.A.                      | 10,74 | 240,08 |
| 68 | BCO SENFF S.A.                    | 10,98 | 249,23 |
| 69 | ZEMA CFI S/A                      | 11    | 249,67 |
| 70 | VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CFI | 11,14 | 255,18 |
| 71 | BANCO SEMEAR                      | 11,36 | 263,71 |
| 72 | CALCRED S.A.                      | 11,5  | 269,39 |
| 73 | REALIZE CFI S.A.                  | 11,84 | 282,82 |
| 74 | MIDWAY S.A. - SCFI                | 12,51 | 311,53 |
| 75 | AGORACRED S/A SCFI                | 12,67 | 318,38 |
| 76 | M PAGAMENTOS S.A. CFI             | 13,32 | 348,5  |
| 77 | NEGRESKO S.A. - CFI               | 13,69 | 366,29 |
| 78 | LEBES FINANCEIRA CFI SA           | 13,74 | 368,92 |
| 79 | GOLCRED S/A - CFI                 | 14,75 | 421,42 |
| 80 | BANCO MASTER                      | 17,54 | 595,32 |
| 81 | CREFISA S.A. CFI                  | 19,68 | 763,25 |
| 82 | JBCRED S.A. SCFI                  | 21,98 | 984,88 |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)<sup>13</sup>

<sup>13</sup><https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reportxjuros/?parametros=tipopessoa:1;modalidade:221;encargo:101>

#### Anexo 4

Tabela A3: Percentuais da evolução do endividamento das famílias nos anos de 2013 a 2021

|  | 2013      | 2014      | 2015      | 2016      | 2017      | 2018      | 2019       | 2020       | 2021       |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| <b>PEIC (Percentual do total) - Média anual</b>      |           |           |           |           |           |           |            |            |            |
| Famílias endividadadas                               | 58,3%     | 61,9%     | 61,1%     | 60,2%     | 60,8%     | 60,3%     | 63,6%      | 66,5%      | 70,9%      |
| Famílias com conta em atraso                         | 21,2%     | 19,4%     | 20,9%     | 24,2%     | 25,4%     | 24%       | 24%        | 25,5%      | 25,2%      |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 6,9%      | 6,3%      | 7,7%      | 9,2%      | 10,2%     | 9,7%      | 9,6%       | 11%        | 10,5%      |
| <b>PEIC em números absolutos – Média anual</b>       |           |           |           |           |           |           |            |            |            |
| Famílias endividadadas                               | 9.109.768 | 9.041.244 | 8.921.747 | 9.448.241 | 9.681.798 | 9.665.659 | 10.280.269 | 10.790.920 | 11.554.758 |
| Famílias com contas em atraso                        | 3.043.350 | 2.836.560 | 3.075.872 | 3.723.440 | 3.942.647 | 3.787.941 | 3.841.278  | 4.140.443  | 4.114.597  |
| Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso | 998.661   | 899.870   | 1.109.012 | 1.419.072 | 1.607.818 | 1.587.618 | 1.610.413  | 1.817.635  | 1.712.212  |

Fonte: Peic/CNC. adaptado pela pesquisadora.

**Anexo 5**

Tabela A4 – Evolução de quadro de pessoal da UnB nos anos de 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021.

| <b>Ano</b> | <b>Técnico-Administrativos</b> |
|------------|--------------------------------|
| 2013       | 3.740                          |
| 2014       | 3.740                          |
| 2016       | 4.385                          |
| 2017       | 4.409                          |
| 2018       | 4.446                          |
| 2020       | 4.930                          |
| 2021       | 4.876                          |

Fonte: Souza (2015), Viana (2020) e SIAPE/DGP/CODE - Elaborado pela pesquisadora